



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS DOCENTES INTERDISCIPLINARES

EDSON SANTANA PESSOA

**NOVO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL LUÍS PRISCO VIANA, EM
LAGOA REAL, BAHIA: A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A
INTERDISCIPLINARIDADE**

Caetité, BA
2022

EDSON SANTANA PESSOA

**NOVO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL LUÍS PRISCO VIANA, EM
LAGOA REAL, BA: A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A
INTERDISCIPLINARIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Práticas Docentes Interdisciplinares.

Orientador: Prof. Dr. Ginaldo Cardoso de Araújo

Caetité, BA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

P475

Pessoa , Edson Santana

NOVO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL LUÍS PRISCO VIANA, EM LAGOA REAL, BAHIA: A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A INTERDISCIPLINARIDADE. / Edson Santana Pessoa, Edson Santana Pessoa. - Caetité, 2023.

63 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Ginaldo Cardoso de Araújo. Inclui Referências

TCC (Pós-Graduação - Práticas Docentes Interdisciplinares) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus VI. 2023.

1.Novo Ensino Médio. 2.Interdisciplinaridade. 3.Currículo. 4.Colégio Luís Prisco Viana.

CDD: 407

EDSON SANTANA PESSOA

**NOVO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL LUÍS PRISCO VIANA, EM
LAGOA REAL, BA: A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A
INTERDISCIPLINARIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Especialização em Práticas Docentes Interdisciplinares, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Práticas Docentes Interdisciplinares.

Cidade, data

:

Banca Examinadora:

Nome – Titulação (sigla da instituição)

Zélia Malheiro Marques

Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social – FAE – UFMG/MG

Nome – Titulação (sigla da instituição)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui, sem Ele nada disso seria possível. Agradeço também a minha família e amigos pelo apoio durante todo esse processo. Agradeço ao professor Ginaldo pelas orientações que me permitiram concluir esse trabalho com êxito. Compartilhamos conhecimentos que com certeza levarei para toda vida. Por fim, agradeço ao Colégio Luis Prisco Viana pelo apoio e por ter me permitido realizar a pesquisa. Agradeço ao diretor Luís e à vice-diretora Ina Telma, a coordenadora de ensino Regiane, por ter disponibilizado os documentos formativos para a elaboração desta pesquisa, aos funcionários e aos professores, em especial a professora Ângela Maria de Aguiar Souza (in memorian) pelo apoio e por ser inspiração para aqueles que se dedicam à educação.

Meu muito obrigado!

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa.

(FREIRE, 2002, p. 39)

RESUMO

A escola, em todas as etapas da vida, é um espaço extremamente importante para a formação dos indivíduos. É por meio dela que se dá a produção e apropriação do conhecimento formal. Por esta razão, este trabalho toma como objeto de estudo o Novo Ensino Médio, implantado no Brasil a partir da Lei nº13.415/2017. O objetivo norteador deste estudo é analisar a organização curricular do Novo Ensino Médio em uma escola pública do município de Lagoa Real, identificando a concepção de interdisciplinaridade abordada na proposta. Do ponto de vista metodológico, é uma pesquisa de cunho qualitativa, ancorada na análise documental. Para o seu desenvolvimento, foi selecionado como ambiente de pesquisa o Colégio Estadual Luís Prisco Viana, no município de Lagoa Real, Bahia. A análise documental consistiu no estudo da Lei 13415/2017 que instituiu o Novo Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular, do Documento Curricular Referencial da Bahia e das matrizes curriculares do Colégio investigado. Os resultados da investigação apontaram que os documentos que orientam a implantação do Novo Ensino Médio no Brasil e na Bahia explicitam uma visão de educação baseada nos princípios do Neoliberalismo que pretende formar um sujeito em aderência com as demandas do mundo do trabalho. As matrizes curriculares do Novo Ensino Médio do Colégio Luís Prisco Viana indicam um desejo de trabalhar na perspectiva de construção interdisciplinar do conhecimento, entretanto, as ementas não sinalizam um diálogo mais consistente com o contexto social e cultural dos estudantes do Ensino Médio. Tal fato pode comprometer os resultados dessa política a qual está sendo questionada em todo o país.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Interdisciplinaridade. Currículo. Colégio Luís Prisco Viana.

ABSTRACT

The school, at all stages of life, is an extremely important space for the formation of individuals. It is through it that the production and appropriation of formal knowledge takes place. For this reason, this work takes as its object of study the New High School, implemented in Brazil from Law nº 13.415/2017. The guiding objective of this study is to analyze the curricular organization of the New High School in a public school in the municipality of Lagoa Real, identifying the concept of interdisciplinarity addressed in the proposal. From the methodological point of view, it is qualitative research, anchored in documental analysis. For its development, the State high school Luís Prisco Viana, in the municipality of Lagoa Real, Bahia, was selected as a research environment. The document analysis consisted of the study of Law 13415/2017 that instituted the New High School, the National Common Curricular Base, the Reference Curricular Document of Bahia and the curricular nuances of the investigated College. The results of the investigation pointed out that the documents that guide the implementation of the New Secondary School in Brazil and Bahia explain a vision of education based on the principles of Neoliberalism that intends to form a subject in adherence with the demands of the world of work. The curricular matrices of the New Secondary School at school Luís Prisco Viana indicate a desire to work from the perspective of interdisciplinary construction of knowledge, however, the syllabi do not indicate a more consistent dialogue with the social and cultural context of high school students. This fact may compromise the results of this policy, which is being questioned throughout the country.

Keywords: New High School. Interdisciplinarity. Curriculum. Luís Prisco Viana College.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quadro dos indicadores da meta 3	25
Figura 2: Os marcos legais do Novo Ensino Médio.....	27
Figura 3: Os marcos legais do Novo Ensino Médio.....	30
Figura 4: As principais mudanças no Novo Ensino Médio.....	31
Figura 5: Colégio Estadual Luís Prisco Viana construído em 1988.....	43
Figura 6: Nova sede do Colégio Estadual Luís Prisco Viana é entregue à população de Lagoa Real.....	44
Figura 7: Cronograma de implementação do novo ensino médio na Rede Estadual da Bahia.	49
Figura 8: Matriz Curricular Ensino Médio: Formação Geral Básica (BNCC)	51
Figura 9: Matriz curricular do Colégio Luis Prisco Viana, 2023.....	52
Figura 10: Ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo integrado de linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas meu lugar de verso.	54
Figura 11: Ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo integrado de linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas “meu lugar de verso”. 55	
Figura 12: Ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo matemática e suas tecnologias e ciências da natureza e suas tecnologias – homo solutio.	57

LISTA DE MAPA

Mapa 1:Localização do Município de Lagoa Real-Ba	39
--	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1:Mapa de classe do Colégio Estadual Luís Prisco Viana do ano de 2022.....45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALR	Associação dos Amigos de Lagoa Real
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEE	Conselho Estadual de Educação da Bahia
COVID-19	Coronavírus
DCRB	Documento Curricular Referencial da Bahia
DIREC 24/	Direção Regional de Educação de Caetité
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adulto
ETMA	Técnica de Monitoramento e Avaliação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IC	Iniciação científica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
PNE	Plano Nacional de Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal de Educação de Lagoa Real
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RP	Residência Pedagógica
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência

1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

A escola, em todas as etapas da vida, é um espaço extremamente importante para a formação dos indivíduos. É por meio dela que se dá a produção e apropriação do conhecimento formal¹. Não adentramos nos meios institucionais vazios, mas possuidores de conhecimentos prévios de mundo, os quais são intercalados e constituem a base para articular o que já sabemos com o que ainda não conhecemos.

Nesse sentido, é imprescindível contar com uma formação diversificada que nos faça sair de nós mesmos para adentrar por outros caminhos, construindo outras possibilidades de sentido para a vida. Tendo em vista que o ser humano é um sujeito social, histórico, político e cultural, o tempo todo é atravessado por diversos discursos, os quais possibilitam ir se constituindo, fazendo-o refletir sobre o papel que desempenha na sociedade.

É próprio do sujeito a necessidade de desvendar o mundo, em conhecer e vislumbrar com ele, e isso muitas vezes só é possível por meio da educação, aquela que prioriza o indivíduo não apenas como um ser passivo, mas com um agente ativo, que a despeito dos conhecimentos inerentes a ele, possa ser multiplicador destes e lutar por um mundo mais justo, democrático e solidário. Sobretudo, ao ser contemplado por uma formação, fruto de um currículo abrangente e interdisciplinar, cujo patamar primordial seja a valorização e a diversidade cultural, social, política, étnica e racial.

Diante dessas considerações, esta pesquisa toma como objeto de estudo o Novo Ensino Médio, instituído no país no ano de 2017. O foco principal do estudo é entender as implicações dessa Reforma na organização do currículo e no fazer pedagógico interdisciplinar. Para tanto, a pesquisa elege uma escola pública de Ensino Médio situada em um município do Alto Sertão da Bahia como campo de estudo.

Refletindo sobre a importância da interdisciplinaridade nas práticas educacionais propostas pelos documentos orientadores da educação no Brasil, de forma a tornar o ensino contextualizado com a realidade do sujeito e em que as áreas de ensino dialoguem entre si, munindo de significado o aprendizado, é válido destacar que a adoção da interdisciplinaridade nas práticas educativas no processo educacional da sociedade atual pode apresentar possibilidades novas para o enfrentamento de problemas emergentes na escola.

¹ Como salienta Paulo Freire é na escola que o conhecimento é construído e apropriado, fazendo jus ao conhecimento de mundo.

Nesse sentido, questiona-se nesta pesquisa: de que modo a interdisciplinaridade é apresentada e concebida na organização do currículo a partir da Reforma do Novo Ensino Médio, tendo como referência o Colégio Estadual Luís Prisco Viana, no município de Lagoa Real, Bahia?

Assim, na tentativa de entender o processo do Novo Ensino Médio, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar a organização curricular do Novo Ensino Médio em uma escola pública do município de Lagoa Real, identificando a concepção de interdisciplinaridade abordada na proposta. Este objetivo amplo está desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Contextualizar o Novo Ensino Médio e suas implicações no currículo; b) verificar como a interdisciplinaridade é dita nos documentos legais da Reforma do Novo Ensino Médio; c) discutir a perspectiva de interdisciplinaridade nos documentos legais que orientam a organização do currículo de uma escola pública de Ensino Médio do município de Lagoa Real, Bahia.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, ancorada na análise documental. Os documentos selecionados para a realização deste estudo foram os seguintes: a Lei 13.415/2017, a Base Nacional Comum Curricular – parte do Ensino Médio – (BNCC) o Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB) e as matrizes curriculares do Novo Ensino Médio do Colégio Luís Prisco Viana, em Lagoa Real, Bahia.

Os motivos que me levaram a pensar no desenvolvimento deste estudo estão associados ao anseio por uma compreensão mais acurada de como se dá a ação interdisciplinar nas práticas educacionais atreladas ao processo de ensino-aprendizagem com a implantação do ensino Médio. Tal compreensão visa à construção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que garantam uma formação eficiente, que articulem diferentes perspectivas e integrem todas as áreas do conhecimento, promovendo assim, o aprimoramento, principalmente, de professores e pesquisadores, em formação, dos quais, incluímo-nos, fazendo a defesa pela discussão de algumas experiências no decorrer da trajetória na formação para a docência.

Nesse percurso, destacamos as participações, nos programas da universidade, como iniciação científica, (IC). Essa primeira experiência com a pesquisa tornou-se crucial, questão nos indica a importância de todos os alunos, na sua formação, vivenciá-la para fins de aprimoramento de conhecimentos e de novas experiências no ambiente de pesquisador. Outra experiência significativa vincula-se à formação adquirida na Residência Pedagógica (RP). A oportunidade de adentrar à sala de aula, com atividade mais lúdica e auxiliar a professora

supervisora tornou-se possibilidade de integrar teoria à prática ao chegar ao estágio do curso o ambiente da docência se revelava em familiaridade e sem apresentar muitas dificuldades, pois já tinha uma experiência adquirida nesse lugar escolar. Toda essa trajetória do (IC), (RP) e o estágio supervisionado foi se configurando como formação para a docência em contribuição pelo ser professor.

Pelo trabalho no próprio município, muito além sala de aula, também realizando pesquisa, identifica-se o processo de ser professor pesquisador que possibilitou a publicação de um capítulo de um livro juntamente com o orientador que é parceria nos trabalhos científicos.

Este trabalho está organizado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução que faz uma breve apresentação do trabalho. A segunda seção discute a evolução do Ensino Médio no Brasil, destacando a Reforma instituída pela Lei 13.415/2017 e pela BNCC. A terceira seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, destacando o cenário da pesquisa, qual seja, o Colégio Estadual Luís Prisco Viana. A quarta seção faz uma descrição dos dados da pesquisa coletados na análise documental. Por fim, o texto encerra com as considerações finais.

2 O ENSINO MÉDIO NOS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O CURRÍCULO

Esta seção se propõe a fazer uma contextualização do Ensino Médio, tomando como referência os marcos legais da educação brasileira. O ponto de partida para a organização desse panorama é a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4.024/1961, a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus 5.692/1971, a atual LDB 9394/1996, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e o Novo Ensino Médio instituído no país por meio da Lei nº 13.415/2017. Para tanto, o foco da nossa análise visa compreender os objetivos desta etapa da Educação na legislação de cada momento histórico e como tais aspectos se desdobraram no currículo.

2.1 A LDB 4024/1961 e o ensino secundário

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada no ano de 1961 com o objetivo de definir e regularizar o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Mesmo tendo sido promulgada em 1961, essa lei começou a ser discutida no ano de 1946, período no qual a defesa da escola pública, gratuita e laica ampliava os passos iniciados pelo Manifesto dos Pioneiros² da Educação, no ano de 1932. Alguns desdobramentos dessa luta puderam ser vistos no texto da Lei 4024/1961, principalmente, no que diz respeito à educação como um direito de todos e assegurada pelo poder público. O texto da referida lei dizia o seguinte:

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Art. 3º O direito à educação é assegurado: I - pela obrigação do poder público e pela

² Conforme Fernando de Azevedo (1932), O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova almejava, como um dos pontos de partida, uma escola totalmente pública, que fosse essencialmente gratuita, mista, laica e obrigatória, em que se pudesse garantir uma educação comum para todos, colocando, assim, homens e mulheres frente a iguais possibilidades de aprendizagem e oportunidades sociais, abolindo os privilégios de gênero ou mesmo de classe social. Também, inspirados nas ideias do filósofo e educador norte-americano John Dewey, o Manifesto da Educação Nova defendia o estabelecimento de uma relação intrínseca entre a escola, o trabalho e a vida, isto é, entre a teoria e a prática, em favor da reconstrução nacional. Entre os vinte e cinco signatários do Manifesto da Educação Nova figuram nomes de proeminentes educadores, cientistas e intelectuais, envolvidos com movimentos de modernização educacional e cultural do Brasil, como Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Roquette Pinto, entre outros.

liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor; II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (LEI 4024/61, LDB).

Sabemos que a educação é direito de todos, mas nem todos conseguiram esse direito que o estado garantia, era necessária, a comprovação de renda que mostrava que a família não tinha condições. Em outras palavras era obrigatória um atestado de pobreza no qual falava que a família não tinha condições.

No tocante à organização do ensino, a Lei 4024/1961 estruturou o ensino em três graus, a saber: o primário, o médio e o superior. A finalidade do grau primário, segundo essa Lei era “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e a sua integração no meio físico e social” (Art. 25) e sua base curricular deveria ser ministrada no mínimo ao longo de quatro séries anuais subsequentes e interdependentes (Art. 26). A língua oficial era a nacional e foi estabelecida a obrigatoriedade de que todas as crianças ingressassem em turmas regulares a partir dos sete anos, reservando-se a matrícula para pessoas acima dessa idade em cursos especiais supletivos compatíveis com o nível de desenvolvimento das mesmas (Art. 27). A duração do grau primário poderia ser estendida para até seis anos, de forma que nos dois últimos o aluno fosse iniciado em técnicas de artes aplicadas compatíveis com seu gênero e anos.

O grau médio se destinava à formação do adolescente e deveria ser ministrado em dois ciclos: o ginásial e o colegial. Além de receberem o nome de ciclos, a lei 4024/1961 também se referia ao ginásial e ao colegial como cursos secundários por meio de uma redação que merecia ser revista para tornar mais claro o que eles significam. O Art. 34 dizia o seguinte: “O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. Antes desse artigo não há nenhuma menção sobre o que sejam os cursos secundários, por isso é que o texto da maneira como foi redigido não permite inicialmente saber a que eles se referem.

De modo geral, o sistema educacional brasileiro na LDB de 1961 foi organizado com a seguinte terminologia: primeiro grau, constituído por escolas maternais, jardins de infância e ensino primário de quatro anos; grau médio, compreendendo dois ciclos, o ginásial de quatro anos que abrangia o secundário e os cursos técnico-industrial, agrícola e comercial, vindo depois o ciclo colegial de três anos, com as modalidades de clássico e científico que

complementavam o secundário, bem como as formações que finalizavam o primeiro ciclo de natureza técnica, além do curso normal voltado para a formação de professores; e grau superior, compreendendo os cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Analisando mais detidamente a educação profissional na LDB 4024/1961, é possível perceber que ela abordava uma liberdade de métodos, associada a uma flexibilidade curricular e uma diversidade de instrumentos de avaliação. Desse modo, segundo a Lei, cada instituição de ensino poderia organizar-se de forma autônoma, movido pelo princípio da flexibilidade. Assim, aconteceu a primeira tentativa de aproximação entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, a qual possibilitava que o aluno egresso do ensino profissionalizante também pudesse ingressar no ensino superior.

Entretanto, a dualidade estrutural da educação que define uma escola para o pobre e uma para o rico continuava em vigor, uma vez que o estudante que saía do ensino profissionalizante, não poderia ingressar no curso por ele desejado no ensino superior. Nesse caso, ele deveria escolher entre os cursos relacionados à sua área de formação técnica. Já os estudantes que concluíam o ensino propedêutico (os de classe mais favorecida) poderiam escolher livremente a carreira desejada. Como se vê, a LDB 4024/1961 se dobrava ao liberalismo econômico no qual a formação escolar estava diretamente relacionada à condição econômica do estudante. Aos filhos dos trabalhadores estava reservada uma formação para o trabalho, ou seja, formação de mão de obra para as fábricas.

2.2 A LEI 5692/1971 e a Reforma do 1º e 2º graus

A Lei 5.692/1971 que instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário” ficou conhecida como Reforma do 1º e 2º graus. Elaborada e aprovada no contexto do Regime militar e no processo de industrialização, a referida Lei buscou dar sequência à manutenção da proposta do governo militar, dando mais ênfase na qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho. O intuito dessa Lei foi em solucionar os problemas encontrados na educação neste período. Assim, refletindo sobre os princípios da ditadura, percebidos pela incorporação dos fundamentos da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau.

Germano (2011) retifica que a relação entre a educação e o trabalho representava uma visão utilitarista, interessada na educação escolar, sob forte inspiração da teoria do capital

humano, tratando-se de estabelecer um vínculo direto entre educação e produção. Trata-se, pois, da profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, ou seja, ela uniu os ramos do ensino médio, sendo por determinação dessa lei, fundiram-se: o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico.

Portanto, o que viu na Lei 5.692/1971 foi que o ensino de 2º grau fundiu todos os ramos do 2º ciclo da Lei 4.024/1961: o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agro técnico. Nesse sentido, o ensino público de 2º grau profissionalizante tinha um currículo que compreendia as disciplinas gerais apenas no primeiro ano do 2º grau e os dois anos posteriores voltados exclusivamente para as disciplinas da área profissional do estudante em formação. Assim, os estudantes teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional.

2.3 O Ensino Médio na LDB 9394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 sancionada em dezembro de 1996 reestruturou a educação brasileira e definiu o ensino médio como a última etapa da educação básica. Esta lei estabelece que a educação escolar deva vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Nesse sentido, é de responsabilidade da educação básica, segundo o Art. 22, possibilitar uma formação comum com vistas ao exercício da cidadania e ao fornecimento dos meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O objetivo do Ensino Médio, segundo a LDB 9394/1996, é dar uma formação voltada para o mercado de trabalho, além de aprimorar os conhecimentos do cidadão já adquiridos nas etapas anteriores e como ser humano dotado de razão. O ensino médio também pode ser oferecido junto com a formação para o exercício de profissões técnicas, desde que esta modalidade de ensino atenda à formação e o objetivo geral desta etapa.

Assim, essa articulação entre o ensino médio e a formação técnica profissionalizante pode ser ofertada das seguintes maneiras: integrada, realizada na mesma escola em que o estudante cursa o ensino médio, sendo que requer uma única matrícula; concomitante, que pode ou não ser ministrada na mesma instituição em que o estudante cursa o ensino médio,

sendo facultativo o convênio entre as distintas instituições e; subsequente, onde se é oferecida aos estudantes que já tenham concluído o ensino médio.

Desta forma, as orientações curriculares para o ensino médio destacam que a organização do currículo deve ser feita por áreas do conhecimento de forma integrada. De acordo com a LDB, essas áreas são as seguintes: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As áreas são definidas a partir de competências específicas e, por fim, habilidades. Nota-se um avanço na LDB 9394/1996 ao propor a organização do Ensino Médio por áreas do conhecimento e de forma integrada. Esse é um primeiro indicativo da perspectiva interdisciplinar na referida lei.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio, publicados a partir da LDB 9394/1996, por exemplo, evidenciam a interdisciplinaridade como uma forma de relacionar as disciplinas por meio de um conjunto de atividades. Desse modo, a interdisciplinaridade seria colocada em ação na prática educativa mediante projetos, os quais fariam a articulação entre as disciplinas e as áreas do conhecimento.

Os temas transversais, seria basicamente o que é feito na escola a hoje a interdisciplinaridade, para não ser um choque para os professores era escolhidos os temas voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Em outra realidade que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana.

2.4 O Ensino Médio no PNE 2014-2024

Recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor desde junho de 2014, instituído pela Lei nº 13.005/2014, apresentou ao país as diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira nos próximos 10 anos (2014-2024). O Projeto de Lei enviado pelo Governo Federal à Câmara dos Deputados, em 20 de dezembro de 2010, foi discutido, ao longo do ano de 2011, com a sociedade civil, através de Audiências Públicas e Seminários Estaduais, sendo um tema de debates e conferências públicas entre outras ações de demanda social em uma sociedade democrática. O PNE apresenta, além das diretrizes para a educação,

20 metas seguidas de estratégias específicas de concretização. São metas estruturantes para a garantia do direito à Educação Básica com qualidade, no sentido da redução das desigualdades, com vistas à atenção, à diversidade e para a valorização dos profissionais da educação.

Dentro das metas, ficam as estratégias que visam assegurar os direitos para Educação Básica com qualidade. Três metas do PNE (2014-2024) fazem referência ao Ensino Médio. Vejamos:

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (BRASIL, 2014).

Dessa forma, o PNE (2014-2024) visando assegurar o direito constitucional de educação com qualidade social para todos, coloca o Ensino Médio como uma etapa importante para que isso aconteça. É claro no PNE o foco da formação do estudante do Ensino Médio com vistas à profissionalização para o mercado de trabalho.

O PNE traz para o contexto da educação brasileira o planejamento coletivo como forma de contribuir para o enfrentamento e a superação das desigualdades educacionais já consideradas históricas no Brasil, e como meio de construir formas de colaboração entre os sistemas de ensino. Como afirma Domingues (2007, p.130), “o planejamento é um fator importante para o sucesso ou o fracasso das políticas e deve ser ação do Estado para atingir objetivos políticos, visando alcançar determinados resultados econômicos e sociais”.

No que se refere ao Plano Municipal de Educação de Lagoa Real, constatamos que este foi aprovado em 05 de janeiro de 2015, através da Lei Municipal Nº 0107/15, para o decênio 2015/2025. O Município de Lagoa Real, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil, procederá à avaliação bianual e o monitoramento anualmente. O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, também acompanhará a execução do PME.

É importante ressaltar que o processo de monitoramento e avaliação do Plano, tem o apoio e suporte da Coordenação de Programas Especiais (COPE). Outro ponto que vale

ressaltar sobre a participação dos vários segmentos no processo de monitoramento e avaliação do PME, é a composição da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA), nomeada através de Decreto Municipal, na qual fazem parte representantes da: Secretária Municipal de Educação, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação, Poder Executivo, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Rede Estadual de Educação, Profissionais da Educação e Fórum Municipal de Educação.

O trabalho de monitoramento realizado no ano de 2022, é dividido por etapas e por comissões, para que ocorra de forma organizada e participativa. No primeiro momento é realizada uma reunião com a equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação para discutir sobre a substituição de membros vacantes da Equipe Técnica Municipal e Comissão de monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME para publicação do Decreto. Depois da publicação no Diário Oficial, é iniciada a discussão com a ETMA através do WhatsApp e de encontros presenciais sobre os dados preliminares e as projeções, onde é realizado o levantamento dos dados atualizados sobre os indicadores das Metas divididos por subcomissões.

O ensino fundamental consiste em uma das etapas da educação básica, obrigatória que contam com diferentes modalidades de ensino, atendendo em Lagoa Real a educação do campo, educação quilombola, educação especial e educação para pessoas jovens, adultas e idosas. Ele tem duração de nove anos e é direcionado na maioria das vezes às pessoas com idade entre 6 e 14 anos, mas também atende pessoas que não concluíram o ensino fundamental na idade certa. Conforme o artigo 32 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996)

A Meta 2 do PME apresenta dois objetivos, que são garantir o acesso ao Ensino Fundamental (EF) de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade e a conclusão desta etapa na idade recomendada para, pelo menos, 99% dos alunos. Essas metas visam

garantir os direitos educativos já previstos pela legislação, como o art. 208 da Constituição Federal de 1988 (CF) e o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB).

Depois de dois anos de Pandemia da COVID 19, as aulas retomaram de forma presencial no ano de 2022, respeitando todas as medidas de prevenção aprovados pelo Conselho Municipal de Educação. Mesmo com todos os desafios enfrentados no período pandêmico, podemos concluir através dos dados que o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada) teve um pequeno aumento em relação ao ano de 2020, de 61.7% para 86.7% em 2021, porém caiu com o retorno presencial. Isso vem provar que a os especialistas estavam certos, quando afirmavam que haveria uma alta da evasão com o fim das aulas remotas. O mesmo aconteceu com o percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído teve uma crescente de 37.2% em 2020 para 42.3% em 2021, mas também caiu o percentual em 2022. Sem dúvidas, estes são os grandes desafios da rede municipal, trabalhar na busca ativa destes jovens que deixaram de estudar.

Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação, o ensino médio consiste na última etapa na educação básica com duração mínima de três anos e antecede o ingresso ao ensino superior. A necessidade desta etapa de ensino é a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

De acordo o Anuário da Educação, para esta etapa da educação é importante ações efetivas que mantenham os jovens na escola e aprimorem o fluxo entre as séries da etapa seguem ainda mais fundamentais voltadas aos jovens mais vulneráveis. A cada dez jovens de 15 a 17 anos dos domicílios mais ricos, nove estavam no Ensino Médio. Mas apenas sete a cada dez residentes nos lares mais pobres frequentam a escola na etapa adequada, o que significa que três encontram-se em defasagem escolar, ainda no Ensino Fundamental, ou simplesmente estão fora da escola, por abandono ou evasão. Esta é uma realidade que também reverbera no município de Lagoa Real.

Figura 1: Quadro dos indicadores da meta 3

DESCRIÇÃO DA META	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).										
Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
	100%										Previsão da Meta
		82.7%	82.7%	82.7 %	83,0%	Crescente	85,7%				Meta Alcançada
						Mini censo	Mini censo				Fonte responsável pela coleta dos dados
Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
										90%	Previsão da Meta
		3.8%	23.8%	23.8%	27%	Crescente	39,7%				Meta Alcançada
						Mini censo	Mini censo				Fonte responsável pela coleta dos dados

Fonte: Adaptada do PME de Lagoa Real, 2022.

Apesar do avanço em relação aos últimos dados levantados, percebe-se que das doze estratégias que são de fundamental importância para que alcance a Meta 3, que é universalizar, até 2026, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento), nenhuma foi realizada em sua plenitude até a presente data. A maioria ainda está em andamento e outras nem se quer saíram do papel. Entre os motivos que fazem com que continue estacionada, podemos citar: falta de dotação orçamentária, falta de parcerias e o principal, não priorizar a educação de jovens e adultos.

Percebemos que o município caminhou no sentido positivo, mas ainda se tem muito que fazer. Percebe-se que uma das maiores dificuldades encontradas é a financeira. A Lei orçamentária municipal continua não especificando claramente se o destino dos recursos atende diretamente à meta em questão.

Assim, com a Homologação do Referencial Curricular Municipal, a expectativa era que o atendimento a este público melhorasse ainda mais, haja vista que o currículo dedica um espaço considerável para esta modalidade, inclusive com orientador curricular específico, porém a pandemia tem deixado este público distante da escola. Ao analisar o cumprimento das estratégias, apesar dos avanços, percebe-se que ainda existe um hiato entre a teoria e a prática, tendo ainda estratégias a serem concluídas até a presente data.

A falta de investimentos e de políticas públicas mais efetivas no ensino médio faz com que muitos jovens não concluam esta etapa da educação básica, e mesmo os que concluem não conseguem em sua maioria obter o aprendizado suficiente, como aponta os resultados do IDEB. No caso do município de Lagoa Real, o índice não foi sequer avaliado na última avaliação, devido à baixa adesão dos estudantes no dia da prova.

2.5 O Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio teve suas regras definidas através da Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ampliando o tempo que o aluno ficará na escola, que antes era de 800 horas e agora passa para 1.000 horas anuais, tornando mais flexível a organização curricular, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As disciplinas ficarão integradas em quatro áreas do conhecimento que permitirão o estudante escolher itinerários formativos de acordo com os seus interesses e o que planeja para ter uma carreira.

As mudanças na educação brasileira e a Reforma do Ensino Médio, anunciada pela Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016, iniciou um processo de profundas transformações para esta etapa da educação básica. Cabe destacar que estas mudanças tão significativas passaram da condição de provisórias e logo após definitivas, quando a MP foi convertida em lei - a lei 13.415 - que foi aprovada em 16 de fevereiro de 2017. Desde então, o Ministério da Educação (MEC) passou a adotar a expressão “Novo Ensino Médio” ao se referir a esse amplo conjunto de mudanças, expressão que por seu caráter oficial utilizaremos ao longo deste trabalho.

A Lei 13.415/2017, em seu artigo 4º, aborda que o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases, lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - Formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017)

De acordo com esse Artigo, o Ensino Médio passa a ter uma organização curricular que é: 1) constituída de duas partes, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Itinerários Formativos; 2) estruturada em áreas de conhecimento; 3) pautada no desenvolvimento de competências e habilidades.

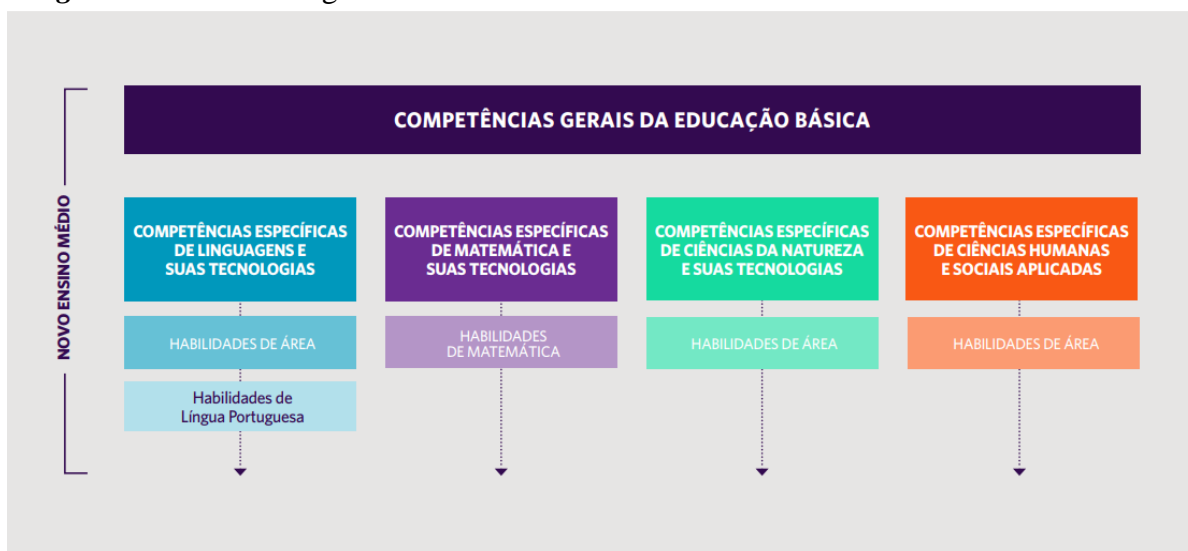
As concepções trazidas pela BNCC contemplam quatro eixos estruturantes para a composição dos itinerários que são a investigação científica, empreendedorismo, mediação e intervenção sociocultural e processos criativos.

Para que as alterações curriculares do Ensino Médio tenham os efeitos positivos esperados, outras políticas e ações se fazem necessárias. Uma delas foi a (re) elaboração dos currículos a partir da BNCC - essencial para colocar em prática a proposta de flexibilização curricular. Esta pesquisa se debruça sobre essas modificações ao estudar a implantação do Novo Ensino Médio em uma escola pública do município de Lagoa Real, no Estado da Bahia.

Os documentos orientadores do Novo Ensino Médio, por sua vez, estabelecem as competências e habilidades essenciais que os estudantes de todo o país tenham o direito de desenvolver ao longo da Educação Básica, e além de promover uma educação com equidade e qualidade, garantindo a todos os estudantes brasileiros os mesmos direitos de aprendizagem.

Segundo a BNCC, ficam organizadas da seguinte forma a parte do Ensino Médio, as competências e habilidades para quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), contemplando todos os componentes curriculares. O documento estimula que as redes organizem seus currículos de forma que os componentes de uma mesma área sejam trabalhados de forma integrada. Língua Portuguesa e Matemática são as únicas disciplinas com habilidades específicas, que precisarão ser trabalhadas obrigatoriamente durante toda a extensão do Ensino Médio, conforme destaca a figura a seguir:

Figura 2: Os marcos legais do Novo Ensino Médio



Fonte: adaptada Guia De Implementação Do Novo Ensino Médio, 2022

A descrição das competências e habilidades para o Ensino Médio articula-se em aprendizagens essenciais estabelecidas para o Ensino Fundamental, com o objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral dos estudantes, atendendo às finalidades dessa etapa e contribuindo para que cada um deles possa construir e realizar seus projetos de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania.

Em julho do ano de 2018, o Ministério da Educação – MEC, ainda no governo do presidente Michel Temer, baixou a Portaria nº 649/2018 que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

De acordo com o art. 1º dessa Portaria,

são instituído o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio para apoiar as secretarias de educação estaduais e do Distrito Federal na elaboração e na execução do Plano de Implementação de novo currículo que contemple a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, os diferentes itinerários formativos e a ampliação de carga horária para mil horas anuais. (BRASIL, 2018).

De acordo com a Portaria, as alterações que introduziria na lei nº 13.415/2017 de fevereiro de 2017 e a necessidade de estabelecer ações conjuntas entre o Ministério da Educação as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal, no sentido de propiciar uma melhoria da qualidade da educação, em conformidade com o Plano Nacional de Educação, que foi instituído pela lei nº 13.005/2014, visando, com prioridade, alcançar o cumprimento das metas 3, 7, 11 e 19. A edição desta portaria visou apoiar a implementação de um novo currículo para o ensino médio, que considere a BNCC, os itinerários formativos e a ampliação da carga horária para mil horas anuais. Retificando que a Portaria 649/2018, no seu art. 2º aponta que “o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio realizar-se-á por intermédio das seguintes ações”:

- I - Apoio técnico para a elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, conforme descrito nos Capítulos II e III desta Portaria;
- II - Apoio técnico à implantação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio, conforme descrito no Capítulo IV desta Portaria;
- III - Apoio financeiro, conforme disponibilidade orçamentária a ser atestada previamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em um dos programas que tenham aderência com o Novo Ensino Médio; e IV - formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e gestão de cada estado e do Distrito Federal, por meio do Programa de Apoio à

Posterior as instituições que ofertam os programas do MEC têm por finalidade, inicialmente, oferecer apoio técnico para que as secretarias estaduais e distrital elaborassem e executassem o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, através da implantação das escolas-piloto escolhidas para iniciar a fase de transição para o Novo Ensino Médio.

Portanto, para iniciar com as escolas pilotos o programa aponta as necessidades de um apoio financeiro para que as instituições possam dar início a transição do ensino, “conforme disponibilidade orçamentária a ser atestada previamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em um dos programas que tenham aderência com o novo ensino médio” (BRASIL, 2018). Existia a previsão de formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e de gestão dos Estados e do Distrito Federal, com a criação do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – Pro BNCC, criado pela Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018.

Os órgãos competentes com as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação ficam encarregado na adesão do Programa de apoio ao novo ensino médio por meio da assinatura do Termo de Convênio. O MEC também estabeleceu que o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio é o documento norteador da implantação do Novo Ensino Médio nos Estados e Distrito Federal, contemplando estratégias para a equidade urbano-rural, de gênero, social e étnico-racial.

No mesmo ano de 2018, o MEC notificou uma Resolução nº 3, ratificando a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que devem ser observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na sua organização curricular em consonância com as alterações feitas na LDB nº 9394/1996 (LDB) pela Lei nº 13415/2017, sendo por sua vez, alterou o ensino médio. Segundo a Resolução, as diretrizes se aplicam as todas as formas e modalidades de ensino médio, que podem ser complementadas, por diretrizes próprias dos sistemas de ensino.

Nestas novas diretrizes organizando através desta resolução, articula com a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica refere-se à elaboração de políticas públicas educacionais dos sistemas de ensino. O Parágrafo único do art. 1º desta resolução sustenta que “estas diretrizes se aplicam a todas as formas e modalidades de ensino médio, complementadas, quando necessário, por diretrizes próprias” (BRASIL, 2018). O art. 2º define que

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das instituições ou redes de ensino públicas e privadas que ofertam o ensino médio. (BRASIL, 2018).

A resolução que define as diretrizes nacionais para o ensino médio compreende a etapa educativa, em concórdia como é ratificado no art.205 da Constituição Federal, no art. 2º da Lei nº 9.394/1996 (LDB), “direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Com a reformulação do Novo Ensino Médio, é necessário (re)pensar e mencionar o Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei ° 13005/2014) como elemento indutor das alterações feitas no ensino médio, refere-se à meta três, que preconiza a “universalização progressiva do atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos, além da renovação do ensino médio com abordagens interdisciplinares e currículos flexíveis”. A meta seis, por sua vez, evoca “a ampliação da oferta da educação de tempo integral, com estratégias para o aumento da carga horária e para a adoção de medidas que otimizem o tempo de permanência do estudante na escola”.

Figura 3: Os marcos legais do Novo Ensino Médio

1.2 OS MARCOS LEGAIS DO NOVO ENSINO MÉDIO

A proposta do Novo Ensino Médio é fruto de décadas de planos e de debates entre diversos setores da sociedade. Aos seus princípios educacionais, somam-se fundamentos legais e normativos, ancorados na legislação e em outros documentos de grande importância para a Educação brasileira.



Fonte: Guia de Implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2022).

Figura 4: As principais mudanças no Novo Ensino Médio

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO NOVO ENSINO MÉDIO

O ENSINO MÉDIO PASSARÁ POR ALTERAÇÕES IMPORTANTES, que visam oferecer uma posição de maior protagonismo aos jovens e garantir a todos os mesmos direitos de aprendizagem. Conheça essas mudanças:



Fonte: Guia de Implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2022).

Para implementação do Novo Ensino Médio, foi necessário ter uma reformulação nas estruturas tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fazendo novas adaptações para

que tenham os efeitos positivos, na educação, após a (re)laboração dos currículos tendo como a BNCC como base para colocar em práticas as propostas de flexibilização curricular, após ter feito esse processo, o corpo docente e coordenador passa a escolher os itinerários formativos a princípio era chamado de Eletivas, sendo agregado a cada ano, até os alunos acostumar com a mudança.

Logo após ter feito a escolha dos itinerários como demonstra a imagem, segue para o terceiro item que é a formação técnica e profissional no Ensino Médio regular, que se trata que os alunos matriculados no Ensino Médio regular, terão a oportunidade de cursar integralmente um itinerário técnico fazendo um curso técnico juntos com os cursos de formação continuada (FIC), ou até mesmo um conjunto de FICs articuladas entre si.

Ainda existe a oportunidade de os estudantes percorrerem itinerários voltados para uma ou mais área do conhecimento, depois de ter organizado com os professores e coordenadores, passa para o último item da tabela que é a distribuição da carga horaria, é feito a divisão das matérias de formação do docente posterior é feito a escola do qual o professor tem mais aproximação da sua área de formação.

Como foi relatado nos parágrafos anteriores do texto, a implementação do novo Ensino médio, foi feita gradativamente começando com as escolas pilotos, tendo início com a primeira série e posteriormente vai passando para segunda série e terceira série. Vale salientar que o Colégio Estadual Luiz Prisco Viana, foi escolhida como escola piloto, iniciando em 2020, mas por conta das paralisações da aula, sendo atingido por uma pandemia do Coronavírus, as aulas de toda rede foram remotas, atrasando um pouco a implantação do Novo Ensino Médio. Assim, neste ano de 2023 a escola passou a ofertar o Novo Ensino Médio para todas as séries da referida etapa.

As escolhas dos itinerários formativos surgiram como uma bomba nas mãos dos alunos e professores, sem ao menos ter um diálogo entre as categorias foi logo aceitando as propostas que os governantes impuseram.

2.6 Currículo e BNCC

De acordo com Sacristán (2013, p. 17), “de tudo aquilo que sabemos, e que, em tese pode ser ensinado ou aprendido, o currículo é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade”. Portanto, o currículo representa um importante papel no contexto escolar, de

modo que ele deve ser elaborado com a participação de toda a comunidade escolar para que venha atender a multiculturalidade existente no país.

Para Silva (2010, p. 15), “[...] o currículo está inexplicavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade”. Em *Pedagogia do oprimido* (1987, p 33), Paulo Freire critica o currículo baseado no conceito de “educação bancária”, em que o conhecimento é simplesmente transferido como um ato de depósito e “ataca o caráter verbalista, narrativo, dissertativo do currículo tradicional”. E, como alternativa, Freire trouxe o conceito de “educação problematizadora”, numa perspectiva fenomenológica, sempre intencionada, direcionada, concebendo o ato pedagógico como dialógico, em que todos os sujeitos estão ativamente envolvidos no ato de conhecimento.

Nesse sentido, o “currículo é tudo aquilo que uma sociedade considera necessário que os alunos aprendam ao longo de sua escolaridade” (MELLO, 2014, p 1) Apesar de todas as transformações importantes ocorridas na natureza e na extensão da produção do conhecimento, o currículo continua fundamentalmente centrado em disciplinas tradicionais. Talvez o currículo não esteja acompanhando as modificações sociais, culturais e tecnológicas, ficando desinteressante para o jovem. Por isso, Moreira e Silva (2002), dizem que:

As noções de conhecimento, características das experiências curriculares presentemente propostas aos/às estudantes estão, também, em mais de uma dimensão, em descompasso com as modificações sociais, com as profundas transformações na natureza e extensão do conhecimento e também nas formas de concebê-lo. Em primeiro lugar, o currículo escolar tem ficado indiferente às formas pelas quais a “cultura popular” (televisão, música, videogames, revistas) tem constituído uma parte central e importante da vida das crianças e jovens. (MOREIRA; SILVA, 2002 p.32)

A necessidade de construção de uma Base Nacional Comum Curricular em nível nacional já é percebida há muito. Como ponto de partida para a busca de melhorias na qualidade da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei 13.005/2014, reitera a necessidade de

Estabelecer e implantar, [...] diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Um dos maiores problemas percebidos na educação no contexto atual é o que diz Gadotti (2008) que com os rápidos avanços tecnológicos o homem acaba perdendo sua identidade e paradigmas, faltando modelos a serem seguidos. O indivíduo dedica-se apenas ao seu modo de vida, seu mundo, envolvendo-se com objetivos pessoais e de curto prazo. Neste sentido, a educação ideal seria aquela que considera a multiculturalidade, o contexto no qual o jovem está inserido, considerando as perspectivas desse aluno, o orientando para pensar e refletir criticamente sobre quem sou perante a esse mundo. Como concepção geral Gadotti, (2008, p. 56), defende “uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias étnicas, a pluralidade de doutrinas, os direitos humanos, eliminando os estereótipos, ampliando o horizonte de conhecimentos e de visões de mundo”.

Nesse sentido, entende-se a necessidade de reelaboração do currículo para o Novo Ensino Médio como meio que possibilitará ao estudante uma educação de qualidade. Entretanto, é importante destacar que tipo de educação está presente nos documentos que instituem o Novo Ensino Médio. Para Silva (2010), Paulo Freire já defendia a construção de um currículo com a participação dos educandos no processo, segundo a realidade na qual o sujeito está inserido.

Logo, é nesse sentido que a proposta de implementação de um Novo Ensino Médio permite a oferta de Itinerários Formativos, construídos com a participação efetiva da comunidade escolar no intuito de

atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência e aprendizagem na escola. Também busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade (DCNEM, 2018).

A implementação de uma Base Nacional Comum Curricular como referência obrigatória à construção do currículo para todo o país, objetiva, dentre outros aspectos, ~~visa~~ superar a fragmentação das políticas educacionais, de modo que vá além da garantia do acesso e permanência dos estudantes na escola. Define aprendizagens essenciais e comuns a todos os estudantes com um patamar comum de aprendizagens, promovendo a equidade educacional brasileira.

Dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico da Escola é um documento que se torna imprescindível nessa discussão. Para Libâneo (2004, p. 56), o Projeto Pedagógico “é o

documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”. É, portanto, um documento orientador de toda ação pedagógica, também considerado o coração da escola, ou mesmo o documento de identidade da Instituição. Como confirma Libâneo (2001, p. 125), o Projeto Pedagógico “deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola”.

Para Vasconcellos (2006, p.169), o Projeto Político-Pedagógico é

a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2006, p..169).

Com a implementação do Novo Ensino Médio, é imprescindível a revisão do Projeto Político Pedagógico das escolas (PPP), pois este, precisa dialogar com o currículo nas novas dimensões propostas pela Lei de 2017.

A implementação do Novo Ensino Médio e reelaboração do currículo devem abranger prioritariamente a revisão do PPP, incluindo o planejamento com base em habilidades e competências, conforme orientações da BNCC, e construção de Itinerários Formativos, com base no contexto em que a escola está inserida, de acordo à realidade, necessidades e objetivos dos alunos. No entanto, para que as mudanças no Projeto Político Pedagógico tragam os resultados esperados é preciso fortalecer o vínculo entre família e escola, e que a construção seja colaborativa e democrática, com engajamento da equipe pedagógica, professores, alunos e famílias.

A Lei 13.415/2017, na visão de alguns autores, foi imposta aos brasileiros de maneira quase que autoritária e por isso foi objeto de críticas por vários estudiosos da educação, bem como de organizações educacionais preocupadas com as alterações propostas, como pode ser observado em um trecho de uma carta de Moção organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e enviada ao governo federal no dia 26 de julho de 2018, véspera do chamado “Dia D”, referindo-se ao dia nacional determinado pelo Ministério da Educação (MEC) para que ocorressem os debates sobre a BNCC em todas as escolas do país.

Ademais, a carta da SBPC foi enfática ao exigir “a revogação da Lei no 13.415, da Reforma do Ensino Médio e um debate amplo e necessário sobre a reestruturação do Ensino

Médio, com a participação de todos os setores envolvidos [...]” (SBPC, 2018). Essa moção foi votada e aprovada por unanimidade na Assembleia Geral Ordinária dos Sócios da SBPC durante a 70ª Reunião Anual da SBPC, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió.

Para além da necessidade de universalizar o atendimento, outros grandes desafios do Ensino Médio na atualidade são garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas aspirações presentes e futuras.

Corroborando que, por meio de adotar uma noção ampliada e plural de juventude, entendida como diversa dinâmica e participante ativa do processo de formação que deve garantir sua inserção autônoma e crítica no mundo. As juventudes estão em constante diálogo com outras categorias sociais, encontram-se imersas nas questões de seu tempo e têm importante função na definição dos rumos da sociedade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Pretende-se, aqui, apresentar ao leitor os caminhos percorridos na realização deste estudo, ou seja, a metodologia da pesquisa. Trata-se de um estudo que explora uma abordagem qualitativa de pesquisa, uma vez que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a pesquisa qualitativa trabalha com descrições e comparações. As pesquisas qualitativas “[...] pedem descrições, compreensões e análises de informações, fatos e ocorrências que naturalmente não são expressas por números” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 135).

Uma das principais características da pesquisa qualitativa é a imersão que o pesquisador tem no ambiente da pesquisa. É importante que o pesquisador tenha um contato mais direto e longo com o objeto que está pesquisando, podendo ser uma pesquisa de campo ou documental. Outra característica importante da pesquisa qualitativa é o acompanhamento do processo, passo a passo, ao contrário da pesquisa quantitativa que se preocupa, basicamente, com os resultados.

Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa pressupõe que o pesquisador fará uma abordagem empírica de seu objeto. Para tal, ele parte de um marco teórico-metodológico preestabelecido, para em seguida preparar seus instrumentos de coleta de dados que, se bem elaborados e bem aplicados, fornecerão uma riqueza ímpar ao pesquisador. De posse desses

dados, resta analisá-los a partir de suas categorias analíticas, e assim proceder a uma discussão dos resultados de sua pesquisa. Nesse sentido,

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. (DENZIN; LINCOLN. et al. 2006, p. 17)

Com frequência, observam-se pesquisadores confundindo uma revisão de literatura com uma pesquisa qualitativa. A revisão de literatura não pressupõe uma pesquisa empírica, enquanto na pesquisa qualitativa, a coleta de dados é a garantia do mergulho em profundidade no tema de interesse.

Segundo MINAYO (2008), os instrumentos de trabalho de campo na pesquisa qualitativa permitem uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. Desse modo, a escolha para o desenvolvimento desta investigação apoia-se na pesquisa documental.

O uso de documentos em uma pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008: 295).

A Lei nº 13.415/2017, do Novo Ensino Médio propõe uma reforma matriz de referência curricular dos alunos do 1º, 2º e 3º ano dessa etapa escolar, que institui as alterações, estabelece maior integração e flexibilidade curricular e a oferta de itinerários formativos. O uso de documentos, em uma pesquisa permite acrescentar, portanto, a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Para entender e empreender uma pesquisa documental cabe ao pesquisador compreender as seguintes perguntas: O que é a pesquisa documental? O que é um documento? Como se constitui uma análise documental? Estes são os questionamentos centrais que conduzirão as nossas reflexões. Além da pesquisa documental, neste estudo fazemos uso dos princípios da pesquisa bibliográfica e tendo como material de apoio investigativo livros e artigos que enfocam o objeto de estudo delimitado para este trabalho. Nesse sentido, selecionamos os seguintes autores para o embasamento teórico: Luck (2001); Minayo (2008); Vasconcellos (2006); Martins; Theóphilo, (2007); Mello (2014); Silva (2010) Sacristan (2013), entre outros.

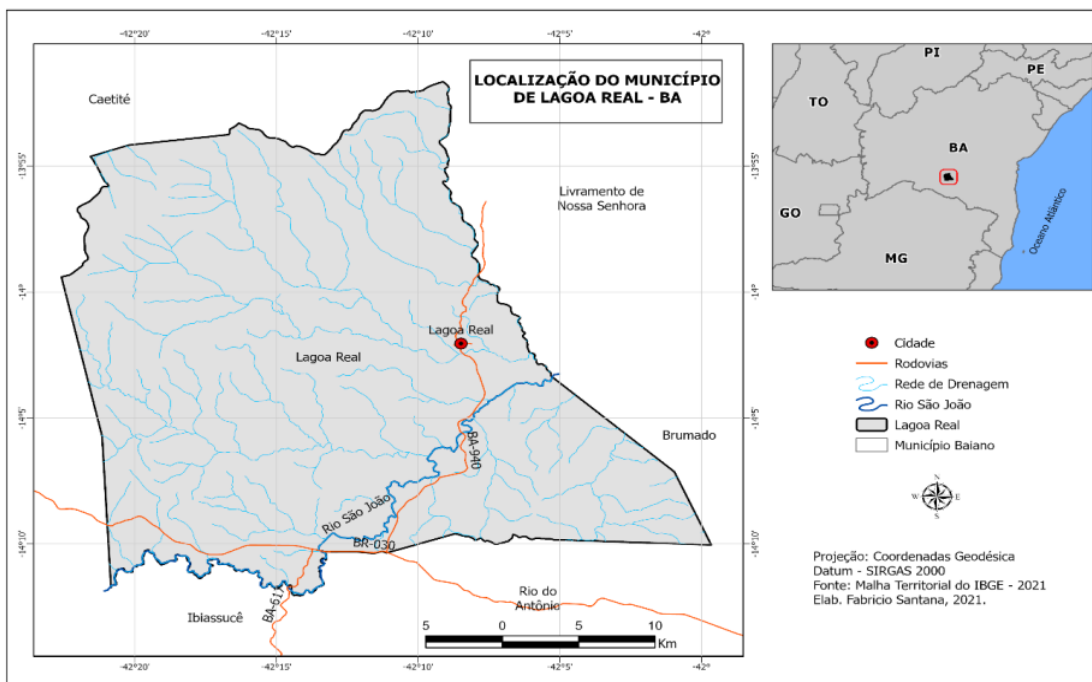
O campo empírico escolhido para a realização desta pesquisa foi um Colégio Estadual do Município de Lagoa Real-Bahia, uma vez que apenas essa unidade oferta a etapa do Ensino Médio no Município. No final do ano de 2019, a Escola Luís Prisco Viana passou por uma reformulação no seu currículo, e assim tornando-se uma escola piloto, que no ano seguinte passou a oferecer o Novo Ensino Médio, para o primeiro ano, que nos anos seguintes as outras séries seriam contempladas.

Os documentos selecionados para a análise neste estudo compreendem aqueles que orientam e normatizam a organização curricular do Ensino Médio de uma escola pública do município de Lagoa Real, localizado no interior do Estado da Bahia. São eles: o currículo da escola investigada, a Lei nº 13.415/2017 e o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB).

3.1 *Lócus* da pesquisa: o município de Lagoa Real

Na Bahia, um dos estados da região Nordeste do Brasil, há 417 municípios reconhecidos legalmente, e Lagoa Real é um destes municípios (Mapa 1). Está localizado no semiárido baiano, em área da bacia hidrográfica Rio de Contas, na região Econômica da Serra Geral integrando a microrregião homogênea (026) Guanambi, situado no sudoeste da Bahia entre os paralelos 14° 02' de latitude sul e 41° 08' de longitude Oeste com altitude de 519 m.

Mapa 1:Localização do Município de Lagoa Real-Ba-2022.



Fonte: adaptada em 2022.

Esse pequeno município se localiza a 731 km de distância da capital baiana Salvador, compõe o território de identidade Sertão Produtivo. Sua fronteira ao Norte é com o município de Livramento de Nossa Senhora, ao Sul Rio do Antônio e Ibiassucê; a Leste com Livramento de Nossa Senhora e a Oeste Caetité. Lagoa Real foi um dos maiores e mais importantes distritos do município de Caetité, a passagem da Coluna Preste foi um marcante episódio de sua história, pois o bando evitando a sede municipal Caetité atacou o distrito.

Com suas raízes em cada à margem de uma Lagoa aliada a busca por títulos de tenente capitão e barão em se tratando dos grandes fazendeiros muito comuns na região justifica a denominação do município Lagoa Real. Vale sinalizar, também, a forte presença do tráfico negreiro vinculado à expansão da pecuária e exploração do ouro na época colonial século XVIII, no município. Já na década de 1980 do século XX a população mobilizou através da associação dos amigos de Lagoa Real (AALR), em busca de uma emancipação que se concretizou em 13 de junho de 1989. Assim sendo, suas raízes estão fincadas na organização social comunitária.

Quando Lagoa Real era distrito de Caetité, o seu povo, altamente dependente das decisões vindas daquela cidade, sofria na pele a falta de transporte, de uma melhor educação, de um sistema básico de saúde, a falta de energia e de abastecimento de água, além de outros benefícios tão necessários para o bem-estar das pessoas que residiam à época nessa terra.

Em meio a essa realidade, por volta de 1978, quando Dom Eliseu era bispo desta região, missionário católico da congregação dos jesuítas, conhecido como irmão Fagundes, em conversa com um filho da terra, Sr. Milton Alves de Almeida, alertou-o a mobilizar a comunidade Lagoarrealense de modo que perceberem que através do seu potencial político e da sua capacidade de organização comunitária poderiam fazer daquele distrito um belo lugar.

Nessa ocasião, o irmão Fagundes apresentou a seu Milton a ideia de se criar uma associação. Nesse sentido, em uma pequena máquina de datilografia, os dois prepararam o estatuto e todas as informações necessárias para a fundação da Associação dos Amigos de Lagoa Real.

O município possui uma população de 13.934 habitantes (IBGE/ 2010), com densidade de 13,99 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Lagoa Real é 0,545, em 2010. O município apresenta um IDHM baixo (entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,242), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Renda (com crescimento de 0,168%), seguida por Educação e por Longevidade. O rendimento mensal das famílias varia entre um quarto do salário-mínimo até 30 salários deste, sendo que 6.153 recebem até dois salários mensais, 142 famílias recebem de dois a dez, e 3 famílias recebem de quinze a trinta e existem 5.519 sem nenhum rendimento oficial. A principal atividade econômica do município é a agrária, tanto como cultura de subsistência quanto como fonte de renda e emprego. Desde suas origens, este município tem suas raízes na capacidade de trabalho e na criatividade de seu povo que luta, fazendo de seu trabalho na roça ou na cidade, uma constante busca por dias melhores.

3.2 Cenário da pesquisa: Colégio Estadual Luís Prisco Viana

A construção do Colégio Estadual Luís Prisco Viana no Município de Lagoa Real - Bahia, de acordo com relatos de educadores, ocorreu entre 1970 e 1976. "O colégio Luís Prisco Viana foi construído a partir de uma parceria de Dr. Clarismundo Pontes, na época prefeito de Caetité e o então Deputado Luís Prisco Viana, sua construção foi entre 1970 e 1975, pois quando cheguei aqui em 1976 ele já estava construído". Ainda na sua fala, a educadora registra: "a primeira construção continha duas salas de aulas e um pátio no meio. Naquela época dávamos aulas usando tampas de armários. Tinha apenas o primário". (PPP da Escola)

Em 1988, após muita luta e com o apoio da Associação dos Amigos de Lagoa, conseguiram transformar em ginásio e trazer o Ensino Fundamental para a sede do então Distrito de Lagoa Real. Fato também registrado pela Professora Cristina: "[...]. Com a fundação da Associação dos Amigos de Lagoa Real, é que se consegue trazer o 14/05 ensino fundamental para cá [...]". Mencionou ainda, que nessa época a associação fez um convênio com o Estado e conseguiu armários, cadeiras etc. Nos registros, foi destacado que a DIREC 24/ Caetité, na época não deu apoio ao projeto, ao contrário dificultou a sua realização: "[...] sempre que levávamos documentos para a DIREC, éramos questionadas por funcionárias da mesma que diziam não saber o que nós queríamos com isso, pois dificilmente iríamos conseguir tendo em vista que colégios como o do Distrito de Brejinho das Ametistas estavam com os dias contatos".

Dentro do contexto, foi relatado que "O Colégio Luís Prisco Viana é a segunda instituição educacional mais velha dentro da sede do Município de Lagoa Real, anterior a ele, tinha a escola em que as Irmãs Mouras lecionavam [...]". A instituição registrada ficava localizada a leste da referida sede, nas proximidades de onde hoje é o Posto Real, saída para as Comunidades de Santa Maria, Olho D'água e São Roque.

Educadoras com maior tempo de atuação dentro da instituição destacam que: "A partir de 1999 ocorreu um período de grandes desafios para manter o colégio em atividade, pois, o então gestor do município tirou todos os funcionários municipais da instituição, inclusive os professores [...]. Aos alunos da rede pública estadual não era mais permitido utilizar o transporte escolar mantido com recursos do município. Com isso, nossos alunos eram apenas os residentes na sede, fato que levou o colégio a ter um número reduzido de estudantes". Nesta época, a direção buscou apoio junto ao Estado. "Buscamos junto da DIREC 24 alguns contratos, ela liberou doze para professores (estagiários) [...]. Havia momentos em que alguns faltavam e tínhamos que juntar as turmas e os professores que estavam no colégio ficava com os alunos o tempo das aulas".

O registro histórico do Colégio ainda que de forma resumida é importante neste trabalho, tendo em vista que compreender a educação é também conhecer a vida e a história do espaço de convivência. O Colégio Estadual Luís Prisco Viana é uma instituição mantida pelo Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Educação, por meio da Diretoria Regional de Educação - DIREC 24.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/1996 em seus artigos 13 e 14 versam sobre a responsabilidade que as Instituições de Ensino têm em elaborar seus

Projetos Pedagógicos. Aos estabelecimentos de ensino cabe "elaborar e executar a sua proposta pedagógica". Esse preceito legal se sustenta na ideia de que a escola deve assumir, como uma das suas tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. O Projeto Político Pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente.

Essa regulamentação deve ser entendida como uma exigência da sociedade atual que requer das Instituições Escolares, assim como de todos que as compõem, a construção da autonomia intelectual. Executar o projeto político é uma forma de a comunidade escolar realizar a sua política pública. Sendo esta entendida como o ato popular de pensar os seus problemas e buscar meios coletivos para solucioná-los.

Em relação ao PPP, a população envolvida na reflexão e proposição para resolução dos problemas é a comunidade escolar, pensando as questões referentes à Instituição de ensino na qual está inserida. O Projeto Político Pedagógico nasce de uma construção coletiva dentro da escola e atende os princípios apontados por Veiga (1995) que são igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade, valorização do magistério. Igualdade no sentido de garantir não só o acesso, a permanência e o êxito, mas, sobretudo, a qualidade pedagógica e política, ou seja, qualidade para todos os alunos. Além disso, é preciso estabelecer os princípios da gestão democrática como meio de repensar a escola em seu processo de inclusão e possibilidade de participação da comunidade escolar garantindo a transparência das decisões, e o encaminhamento pedagógico coletivo.

Com base no que foi exposto, o projeto político proposto para a Unidade Estadual de Ensino anseia possibilitar e efetivar mudanças planejadas e coletivas, firmando um compromisso com a aprendizagem do discente e da educação para o exercício da cidadania, desenvolvendo um trabalho que tenha como missão formar sujeitos mais críticos, participativos socialmente, autônomos e transformadores de suas realidades e, por conseguinte, da realidade social. Nosso intuito é envolver todos no processo de busca para a construção de uma educação por excelência, partindo de valores e princípios presentes em todo o grupo de trabalho da escola.

Todo projeto político deve ser entendido como um processo de reflexão e proposição para a mudança. Ele estabelece princípios, diretrizes e propostas de ações para melhor organizar, sistematizar, significar e ressignificar as práticas pedagógicas e outras atividades desenvolvidas na escola como um todo. Esse projeto alcança uma dimensão político-pedagógica que presume uma construção dialogada que envolva os segmentos escolares e a

sociedade local. Por ser uma política pública, todos os envolvidos no processo devem participar. Ao se constituir em processo participativo de decisões, o Projeto Político Pedagógico preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

Partindo desses pressupostos legais, o Colégio Estadual Luís Prisco Viana elabora o seu Projeto Político Pedagógico. Neste documento definem-se os princípios para a orientação de suas atividades de Ensino visando sempre o objetivo maior estabelecido por essa Instituição que é a aprendizagem significativa dos docentes nela inseridos. Este texto foi concebido na perspectiva de contemplar de forma ampla os interesses e necessidades de todos os segmentos dessa Unidade Escolar e possibilitar um diálogo frequente com a sociedade local e global. O projeto foi elaborado objetivando atender às prioridades coletivas e levou em consideração as necessidades de se desenvolver ações que visam atender aos anseios dos educandos, educadores, gestores e toda comunidade, por isso, o estudo que envolveu a construção desse texto e a sua sistematização envolveu direta ou indiretamente todos os segmentos da Instituição de Ensino.

Como podemos vê logo abaixo as figuras 5 e 6 apresenta a estrutura do Colégio Estadual Luis Prisco Viana, uma sendo o Colégio antigo e o outro o Colégio novo, que atende os alunos da sede e da zona rural de Lagoa Real.

Figura 5: Colégio Estadual Luís Prisco Viana construído em 1988



Fonte: página do facebook do Colégio

Com uma parceria entre o Governo do Estado e o Governo Municipal, que doou o um terreno para construir uma nova escola a fim de que ela tivesse um espaço mais amplo, a inauguração ocorreu em agosto de 2018. Assim com a realocização da escola, saindo da Avenida Real e indo para o Parque de Vaquejada, o local do antigo prédio escolar deu lugar a uma ampliação da Unidade Hospitalar Doutor Jairo Pontos.

Figura 6: Nova sede do Colégio Estadual Luís Prisco Viana é entregue à população de Lagoa Real.



Fonte: Página do facebook do Colégio.

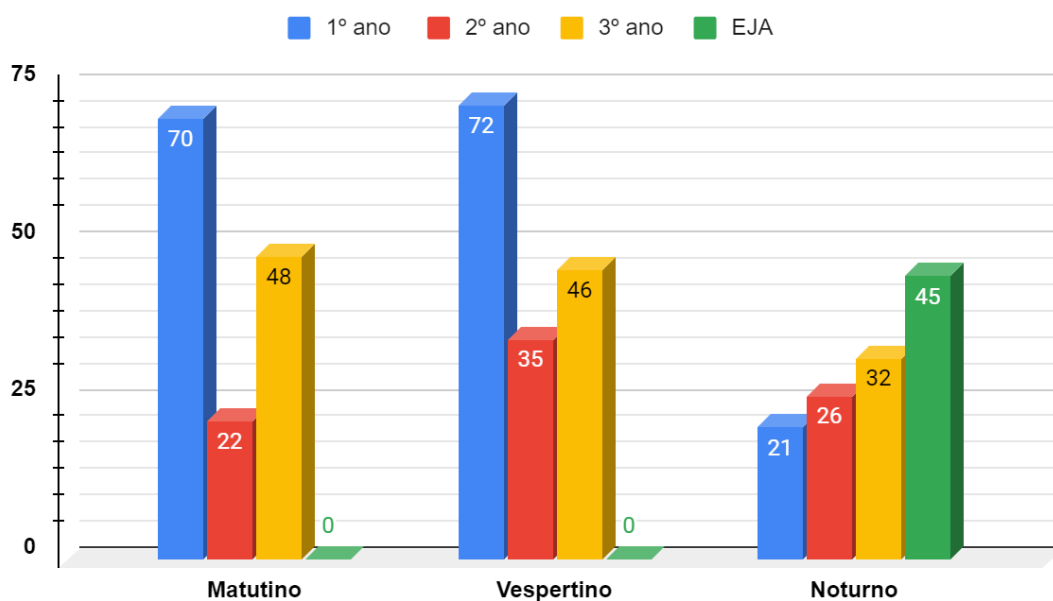
A estrutura do novo colégio possibilitou ao alunado maior oportunidade de estudos, lazer e atividade. Em relação a sua estrutura, a escola é composta por oito salas de aula, uma biblioteca, disponível para os alunos estudarem e realizarem os trabalhos escolares, uma sala de multimídia (vídeo), uma quadra poliesportiva, espaço destinado à atividades física, na qual há dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, e uma sala para guardar os materiais esportivos. A escola possui dois banheiros internos para os alunos, sendo um masculino e um feminino, uma sala para professores com um banheiro masculino e um feminino, uma sala da coordenação, sala da direção, sala para vice direção, secretaria escolar, uma cantina composta por um banheiro e uma área de serviço.

Além desses espaços, a unidade escolar conta também com um depósito de limpeza, um depósito da cantina e um pátio para realização dos projetos estruturantes. A escola dispõe

de uma internet de qualidade possibilitando aos alunos realizarem as pesquisas solicitadas pelos docentes.

A nova unidade escolar, que atualmente oferece apenas o Ensino Médio e a EJA, é composta por 16 docentes, uma coordenadora e 10 servidores. No gráfico abaixo, pode-se observar a quantidade de alunos de cada ano e turno no qual a escola funciona.

Gráfico 1: Mapa de classe do Colégio Estadual Luís Prisco Viana do ano de 2022.



Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Educação Secretaria da Educação da Bahia (ano)

O Colégio funciona em três turnos: matutino, vespertino e noturno. No turno matutino, há três turmas de 1º ano, totalizando 70 alunos, uma turma de 2º ano com 22 alunos, e duas turmas de 3º ano, que no total somam 48 alunos. No período vespertino, há duas turmas de 1º ano, com 72 alunos no total, uma turma de 2º ano, com 35 alunos, e duas turmas de 3º ano, totalizando 46 alunos. No noturno, tem-se uma turma do 1º, uma do 2º e uma do 3º, com respectivamente, 21, 26 e 32 alunos. Além disso, nesse turno, funcionam quatro turmas da EJA, totalizando 45 alunos.

É importante ressaltar que no ano de 2019 foi apresentada para os professores a proposta do Novo Ensino Médio, e daí em diante o Colégio Estadual Luís Prisco se tornou uma escola piloto para iniciá-lo. Desta forma, o Novo Ensino Médio foi inserido na escola de forma gradativa e, em 2023, será o primeiro ano em que a ementa do Novo Ensino Médio começará a funcionar em todas as turmas.

4 O CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO COLÉGIO LUIS PRISCO VIANA EM LAGOA REAL

Nesta seção, pretendemos descrever a organização do currículo do Colégio Estadual Luís Prisco Viana, no município de Lagoa Real. Com base nos documentos selecionados para a análise, a seção está organizada em duas partes: a primeira apresenta o Documento que orienta a montagem do currículo do Novo Ensino Médio no Estado da Bahia, qual seja, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB); e a segunda parte traz uma análise da matriz curricular do Novo Ensino Médio no Colégio investigado.

4.1 Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB)

O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) voltado para a orientação do Novo Ensino Médio, nas escolas estaduais, tem como objetivo assegurar a consolidação e aprofundamentos dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; a preparação básica para o mundo do trabalho e para a cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana integral, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos histórico-culturais e científico-tecnológicos que estruturam a sociedade brasileira (BAHIA, 2022).

Este documento se constitui numa referência para as instituições de ensino estaduais que ofertam o Ensino Médio, de modo a subsidiar as adequações dos projetos político-pedagógicos (PPPs), bem como a reorganização do trabalho docente, a fim de garantir as aprendizagens essenciais dos estudantes, a partir de uma proposta curricular pautada na apropriação dos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários, historicamente produzidos pela humanidade, e no desenvolvimento de competências e habilidades previstas nas áreas de conhecimento.

No que tange à construção do DCRB, o processo de elaboração enfatiza a articulação com os professores de várias áreas de conhecimento o que possibilitou a construção das diretrizes no Novo Ensino Médio. Desta forma, as competências são definidas no plano complexo das relações sociais, políticas e econômicas, indo além do sujeito isolado para compreender as complexas transformações das relações sociais e no trabalho coletivo, competências se definem pela dimensão social. Na expectativa da sociocognição, o indivíduo adquire seu valor quando toma a iniciativa e se associa em outras vontades nas buscas de

mudanças sociais. Compreende-se que refere na qualificação, isto é, significa conhecimento profundo relativo a um conteúdo específico.

Na produção coletiva do documento DCRB, foram consideradas as múltiplas dimensões da formação humana, mediadas pela escola. Neste sentido, acontece uma mediação diferente nos currículos, que são mencionados no DCRB, na sequência compreendemos que o currículo é tratado como se fosse possível a separação entre experiência e conhecimento. Miguel Arroyo (2013) questiona que a polarização entre experiência e conhecimento passou a operar como padrão de hierarquização e, nesta hierarquia, supõe-se que existem coletivos que produzem conhecimentos nobres, enquanto outros produzem saberes inferiores, “os currículos desperdiçam as experiências sociais”, diz Arroyo (2013). Desperdiçar experiências é desperdiçar conhecimento sistematizado enraizado nas indagações humanas.

Neste sentido, percebemos a implementação do Novo Ensino Médio e a construção do DCRB, a presença do neoliberalismo, assim, em poucas palavras, percebe-se que o neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia.

Segundo Galvão (1997), o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo; nasceu na chamada Escola de Chicago, através dos postulados de dois economicistas Milton Friedmann e Frederic Hayek, na crise econômica dos anos 1960, com a acusação de ser o Estado o responsável pela crise.

No que tange o discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança, isto é, os alunos são direcionados a estudar qual percurso formativo que prioriza o seu futuro. Vale ressaltar os três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no

financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Portanto, nota-se que o neoliberalismo adota a escola como mercado das técnicas de gerenciamento, esvaziando no sentido de conteúdo político da cidadania e substituindo-os pelos direitos do consumidor. É como consumidor que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos.

Assim, pensar a escola como instituição social é pensá-la em sua missão específica de seu comprometimento e transformação social. No entanto, com o passar dos anos, temos visto uma escola que se conforma ao regime do poder neoliberal, como um instrumento útil ao mercado, portanto, transforma a educação em mercadoria, acentuando as desigualdades sociais, separando a escola pública da escola privada. Como efeito dessa conformação, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, necessitam sair da escola para o mundo do trabalho, não concluindo sequer a educação básica.

Outro aspecto que merece ser ponderado é essa aproximação da governamentalidade neoliberal que é a conversão de escolas e universidades que têm, aos poucos, se transformado em pequenas ou grandes incubadoras empresariais. Nota que este processo é sentido a partir da flexibilização dos currículos, até a presença cada vez mais constante de que o empreendedorismo é a única alternativa possível para milhares de estudantes. A ideia do neoliberalismo é transformar o estudante em empresário de si mesmo.

4.2 O Novo Ensino Médio no Colégio Luís Prisco Viana: análise das matrizes

Desde a aprovação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, e estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio no país, os Estados se mobilizaram para a elaboração dos seus referenciais curriculares, condição essencial para a implementação da reformulação do Ensino Médio.

Em 2019, a Bahia iniciou o processo de implementação nas 544 escolas-piloto da rede estadual que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Portaria MEC nº 649/2018) e, nesse mesmo ano, deu início ao processo de elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia DCRB, etapa Ensino Médio. Em 2020, foi iniciada a implementação de uma nova arquitetura curricular nessas escolas, porém a pandemia da COVID-19 impôs a suspensão das atividades letivas e, assim sendo, a implementação foi

prorrogada para o Continuum Curricular 2020/2021. No mesmo período, o Colégio Luis Prisco, início à implementação do Novo Ensino Médio, apresentando para os professores no final do ano letivo de 2019, para o ano seguinte iniciar, mas como foi relatado no parágrafo anterior, acabou atrasando um pouco o processo de aprendizagem, tornando as aulas presenciais para meio remoto.

A etapa Ensino Médio foi elaborada na perspectiva de garantir as aprendizagens essenciais para os estudantes do Ensino Médio, a partir de uma organização curricular pautada nos seguintes princípios: conhecimentos produzidos, historicamente, pela humanidade; e no desenvolvimento de competências e habilidades, a partir do trabalho docente, cuja intencionalidade política e pedagógica é promover a formação integral de cidadãos, com qualidade social e com vistas ao fortalecimento de uma sociedade democrática de direitos.

No ano de 2022, a Rede Estadual de Ensino da Bahia continuou com a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto na perspectiva de atender às orientações estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE), por meio da Resolução nº 68, de 18 de outubro de 2021, que alterou o cronograma de implementação do referencial curricular do Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino, prorrogando-o para 2023. Dessa forma, os estudantes da 2ª série, das escolas-piloto, continuaram implementando o Novo Ensino Médio, adotando a Matriz Curricular, ainda, sem os Itinerários Formativos.

O Colégio Luis Prisco Viana, no ano de 2023, passa a ter o Novo Ensino Médio totalmente para todas as séries do 1º até o 3º ano. No ato da matrícula, os alunos escolheram os Itinerários formativos. Cada aluno opta qual Itinerário quer estudar, correspondendo os seus desejos. No quadro a seguir, vemos o cronograma de implantação do Novo E M na Bahia.

Figura 7: Cronograma de implementação do novo ensino médio na Rede Estadual da Bahia.

Nov/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega das orientações para as Escolas-piloto sobre a implementação do Novo Ensino Médio. • 2º Encontro Formativo – Novo Ensino Médio (Escolas-piloto). • Início da escrita do Documento Curricular Referencial da Bahia – etapa do Ensino Médio.
Dez/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega do Guia de Implementação do Novo Ensino Médio – Bahia. • Produção do Catálogo de Eletivas.
2020	<ul style="list-style-type: none"> • Início da Implementação das Escolas-piloto - 1ª série. • Monitoramento das ações de implementação. • Formação para as demais escolas (não piloto). • Entrega do Documento Curricular Referencial da Bahia – etapa do Ensino Médio.
2021	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do 1º ano da Implementação do Novo Ensino Médio nas Escolas-piloto. • Monitoramento das ações de implementação. • Continuidade da Implementação das Escolas-piloto - 1ª e 2ª séries. • Início da Implementação das demais escolas (não piloto) -1ª série do Ensino Médio.
2022	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento das ações de implementação. • Continuidade da Implementação das Escolas-piloto -1ª, 2ª e 3ª séries • Continuidade da Implementação das demais escolas (não piloto) - 1ª e 2ª séries.
2023	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas-piloto encerram o ciclo de implementação • Continuidade da Implementação das demais escolas (não Piloto) • 1ª, 2ª e 3ª séries. • Monitoramento das ações de implementação. • Avaliação do 1º Ciclo do novo Ensino Médio da Rede Estadual da Bahia.

Fonte: Documento Orientador da Implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual da Bahia (BAHIA, 2019)

Retomando o que foi dito anteriormente que as 65 escolas-piloto do Novo Ensino Médio durante o planejamento pedagógico dos professores, em 2020, deveriam levar em consideração as habilidades e competências definidas na BNCC – Etapa do Ensino Médio, até que houvesse a finalização do Documento Curricular Referencial da Bahia, conforme o Documento Orientador de Implementação do Novo Ensino Médio do Estado da Bahia.

Vejamos, abaixo, a matriz curricular proposta para a etapa de Formação Geral Comum. Como já mencionando, a SEC-BA divulga um cronograma alterado para ser iniciado em 2021 em função da pandemia originada pela COVID -19 (Coronavírus) e da não-realização do ano letivo 2020 na Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia.

É importante reparar que a SEC-BA, neste Documento Orientador de implementação do novo ensino médio, afirma que os professores das escolas-piloto, durante a realização do planejamento pedagógico, deverão levar em consideração as habilidades e competências definidas na BNCC – Etapa do Ensino Médio até que haja a definição do Documento Curricular Referencial da Bahia. Entendo que essa intenção aponta para um horizonte que

busca um certo grau de autonomia da Rede de Ensino no que tange à definição de sua estrutura curricular, estabelecendo uma diferenciação em relação ao que está preconizado na BNCC – Ensino Médio e nas DCNEM, mais precisamente em relação à parte comum obrigatória que implica uma prática educativa a partir de habilidades e competências.

Figura 8: Matriz Curricular Ensino Médio: Formação Geral Básica (BNCC)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (BNCC)								
Área do Conhecimento	Componente Curricular	1ª Série		2ª Série		3ª Série		Carga Horária Total
		Nº h/sem	CH anual	Nº h/sem	CH anual	Nº h/sem	CH anual	
Linguagens e suas Tecnologias	LPLB	2	80	2	80	2	80	240
	Inglês	2	80	1	40	---	---	120
	Ed. Física	1	40	1	40	---	---	80
	Arte	1	40	1	40	---	---	80
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	2	80	2	80	2	80	240
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	---	---	2	80	2	80	160
	Física	1	40	1	40	2	80	160
	Biologia	1	40	1	40	2	80	160
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	2	80	2	80	2	80	240
	Geografia	2	80	---	---	1	40	120
	Filosofia	1	40	---	---	2	80	120
	Sociologia	---	---	2	80	---	---	80
TOTAL		15	600	15	600	15	600	1800

Fonte: Documento Orientador da Implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual da Bahia (BAHIA, 2019).

Os docentes que estão aptos para atuar nas turmas de 1ª série do Novo Ensino Médio poderão trabalhar com as unidades curriculares da parte flexível do currículo e com as turmas de 2ª e 3ª séries, que ainda permanecerão com a matriz curricular anterior. Após a descrição e análise da primeira parte da estrutura curricular do novo ensino médio na Bahia, ou seja, da formação geral básica que está organizada a partir das orientações presentes na BNCC e que leva em consideração as competências e habilidades por área de conhecimento. Vamos trazer elementos da parte flexível do currículo que deve focalizar o processo de aprendizagem, as demandas e interesses dos estudantes, sendo considerada como um desafio, de acordo com o Documento Orientador.

No ano de 2023, o Colégio Luis Prisco Viana, com o novo ensino médio para todas as séries da 1º série até a 3º série, no qual o aluno tem a opção de escolher o itinerário formativo que melhor se identifica. Na matriz curricular do Colégio do ano de 2023, os itinerários escolhidos pelos grupos, da área de conhecimento, Linguagem e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas, assim, todos optaram, também, pelo itinerário que possibilita trabalhar a interdisciplinaridade entre as disciplinas.

Na matriz curricular do Novo Ensino Médio, podemos perceber as divisões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, fica dividido por área do conhecimento, que são Linguagem e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais aplicadas, também é notório na matriz a parte dos Itinerários Formativos, sendo escolhido dois por cada área de conhecimento para trabalhar o ano letivo no colégio, vejamos a matriz do Colégio investigado.

Figura 9: Matriz curricular do Colégio Luis Prisco Viana, 2023

ENSINO MÉDIO EM TEMPO PARCIAL ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO: LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS									
MEU LUGAR DE VERSO									
Dias Letivos: 200		Semanas Letivas: 40		Dias Semanais: 05		Aula: 50 minutos		Nº de H/aula/dia: 05	
Área do Conhecimento	Componente Curricular	1ª série		2ª série		3ª série		CH Total	
		Nº h/a	CH Anual	Nº h/a	CH Anual	Nº h/a	CH Anual		
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	2	80	2	80	2	80	240	
	Inglês	2	80	1	40	---	---	120	
	Educação Física	1	40	1	40	---	---	80	
	Arte	1	40	1	40	---	---	80	
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática	2	80	2	80	2	80	240	
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	Química	1	40	1	40	2	80	160	
	Física	1	40	1	40	2	80	160	
	Biologia	1	40	2	80	1	40	160	
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	História	1	40	1	40	2	80	160	
	Geografia	1	40	1	40	2	80	160	
	Filosofia	1	40	1	40	1	40	120	
	Sociologia	1	40	1	40	1	40	120	
SUBTOTAL		15	600	15	600	15	600	1800	
PARTE DIVERSIFICADA/ ITINERÁRIO FORMATIVO	LEITURA E ESCRITA DE MUNDO	2	80	---	---	---	---	80	
	PARA ALÉM DOS NÚMEROS	2	80	---	---	---	---	80	
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA I	2	80	---	---	---	---	80	
	HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	2	80	---	---	---	---	80	
	LITERATURA DE MEUS ANCESTRAIS	---	---	3	120	---	---	120	
	MEU CORPO NO MUNDO	---	---	2	80	---	---	80	
	HISTÓRIAS QUE EU ESQUECI DE LEMBRAR	---	---	2	80	---	---	80	
	IDENTIDADES E PROJETOS DE NAÇÃO	---	---	---	---	3	120	120	
	SENTIMENTOS DO MUNDO	---	---	---	---	2	80	80	
	MUITO ROMÂNTICOS	---	---	---	---	2	80	80	
	PROJETO DE VIDA	1	40	1	40	1	40	120	
	COMPONENTE ELETIVO	1	40	2	80	2	80	200	
SUBTOTAL		10	400	10	400	10	400	1200	
TOTAL		25	1000	25	1000	25	1000	3000	

Fonte: Secretaria do Colégio Luis Prisco Viana, 2023.

Na matriz curricular do Colégio Luis Prisco Viana, podemos ver as três séries (1º ano, 2º ano e 3º ano), totalizando uma carga horária de 1800 horas que juntando com os itinerários formativos para totalizar uma carga horária de 3000. Na jornada pedagógica do Colégio, os professores e coordenação escolheram os itinerários formativos, os quais deverão ser escolhidos pelos alunos no ato da matrícula.

O grupo de Linguagens e Suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, escolheu o itinerário formativo, intitulado “Meu Lugar de Verso”, o qual busca desenvolver temáticas que auxiliem os estudantes a compreender que as relações sociais produzidas historicamente nos diferentes territórios desenvolveram-se de forma desigual, em função das hierarquias de poder. Em função dessas relações hierarquizadas, as produções culturais dos grupos envolvidos não foram apreciadas da mesma maneira. Em outras palavras, as disputas de poder não se fazem apenas pelo capital econômico, mas também pelo capital simbólico.

Na concepção de muitos estudiosos da educação, avaliar o conjunto da reforma do Ensino Médio representou a regressão da regressão, ou seja, representou uma reforma que significa um verdadeiro retrocesso no plano da política pública educacional neste país.

Os professores de Linguagem optaram pelo itinerário formativo na perspectiva literatura dos meus ancestrais, sendo uma carga hora de 120 horas, como é apreciado na ementa do componente curricular. Abaixo, podemos ver as ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo integrado de linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas meu lugar de verso.

Figura 10: Ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo integrado de linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas meu lugar de verso.

COMPONENTES	EMENTAS
LITERATURA DOS MEUS ANCESTRAIS 120 HORAS	Estudo crítico da constituição da literatura africana, afrodescendente, brasileira e indígena e sua relação com fenômenos histórico-culturais que priorizam a problemática étnico-racial e indígena como elemento constitutivo da identidade baiana. Análise e discussão das noções de autoria, sujeito leitor, público-alvo, a circulação dessa literatura e sua inserção no cânone literário. Abordagem de obras voltadas para o universo juvenil produzidas por escritores/as negros/as e indígenas, bem como obras que problematizam a representação e o lugar social do negro e do índio no Brasil. Estudo das raízes brasileiras que têm origem africana e indígena. Modos de ser, de viver, de sobreviver, de organização das lutas. Marcas das culturas africana e indígena, que constituem o cotidiano do afro-baiano e indígena. Saberes que não são validados e excluem o conhecimento de africanidades e da cultura indígena.
MEU CORPO NO MUNDO 80 HORAS	Estudos sobre as possibilidades do lazer e do ócio criativo para o desenvolvimento pessoal e social. Pesquisa sobre o corpo inserido em tempos, espaços e culturas diversos. Concepções filosóficas sobre o corpo. Conhecimento das visões do corpo através da história. Compreensões na relação entre o corpo e as artes. Discussão sobre capital cultural e corpo hegemônico. Reflexões sobre o corpo do trabalho e possibilidades de emancipação. Contribuições do lazer para a formação integral. Compreensões sobre as lutas marciais e seus princípios. Vivências e estudos sobre práticas corporais e seus desdobramentos para uma saúde integrativa. Considerações acerca das práticas corporais e o lazer. Reflexões sobre o corpo que se movimenta pelos territórios. Conceitos sobre cultura, identidade e corporeidade. Estudos sobre o corpo nas culturas originárias e tradicionais: jogos, danças e religiosidades. Orientações para participação social voluntária e a livre capacidade criadora.
HISTÓRIAS QUE EU ESQUECI DE LEMBRAR 80 HORAS	Onde estão minhas memórias - vozes, histórias e imagens? Estudos sobre representação identitária, construção da ideia de pertencimento e construção da memória. Discussão sobre o papel do tempo nas transformações e construção de identidades. Conceito de patrimônio material e imaterial e análise de como os patrimônios expressam memórias. Memórias da comunidade: estudos sobre a memória oral e a escrita. Possibilidades da história oral como metodologia do estudo das memórias. Relação entre memória e espaço geográfico. Estudos da memória na literatura e em outras artes. Discussão sobre lembrança e esquecimento. Análise da lembrança e do esquecimento como atos políticos. O uso da memória na demarcação de territórios e lugares. Diferenciação entre memória histórica, memória literária e estudo científico. Análise das memórias contidas nos documentos institucionais e nos documentos produzidos pelos indivíduos: entre o institucional e o marginal. Estudos da memória enquanto instrumento de dominação. Análise das memórias enquanto produtoras de conflitos sociais e tensões territoriais. Reflexão sobre a colonização das memórias. Práticas de descolonização das memórias.

Fonte: Documento Orientador da Implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual da Bahia (BAHIA, 2019).

A ementa que é destacada acima, trata-se do grupo de Linguagem e suas tecnologias, no qual trabalharão esse ano de 2023, Vale ressaltar que esse ano é para todo Colégio o novo ensino médio.

O grupo de humanas ficou com seguinte itinerário formativo: Identidades e Projetos de Nação, sentimentos do mundo, e muito românticos.

Figura 11: Ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo integrado de linguagens e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas “meu lugar de verso”.

COMPONENTES	EMENTAS
IDENTIDADES E PROJETOS DE NAÇÃO 120 HORAS	Estudos de concepções de cultura e identidade. Representação do negro e do indígena na formação do Estado brasileiro. Análises das manifestações e contextos da cultura corporal na formação do povo brasileiro. Reflexões sobre o entrelaçamento dos movimentos artísticos a processos históricos nos embates da construção da ideia de nação brasileira no Império e República. Análise das relações de poder na estrutura social brasileira e suas representações culturais. Relações entre a indústria cultural e o poder. Processo de construção da ideia de baianidade. Investigações sobre o papel das artes como hegemonia e contra-hegemonia. Estudos dos posicionamentos de Estado a partir de suas propagandas. Discussão do processo de embranquecimento da cultura baiana voltada para o turismo nos anos de 1980 e 1990. Análise da produção fílmica brasileira a partir da Nova República.
SENTIMENTOS DO MUNDO 80 HORAS	Estudos e práticas de escrita criativa e desenvolvimento de prática em geral. Conceitos de criatividade e seus elementos, imaginação x inspiração, a imaginação e sua importância na criação de sentido, as relações entre o processo de imaginação e a inspiração criativa. Construção do argumento. O argumento no texto dissertativo. A concatenação lógica e a verossimilhança em narrativas literárias e visuais. A construção de arquétipos. Ficção, autoficção e não-ficção. A construção da reportagem. Noções de intriga, peripécias, jornada do herói e arquétipos de personagens. A materialização da imagem mental e a produção dos textos oral e escrito. A personalidade criativa do eu escritor. Os inibidores e os bloqueios criativos. O sentimento e suas expressões: o eu-lírico e a autoficção. Escritas criativas em gêneros literários de ficção. Escritas criativas em gêneros literários de não-ficção. Redação versus produção de textos criativos. A objetividade e a subjetividade nos textos. Texto e o tempo: construções sócio-filosóficas. A escrita literária e sua ligação com o tempo e espaço. Produção da oralidade.
MUITO ROMÂNTICOS 80 HORAS	Reflexões, análises e aprofundamentos sobre a noção de amor a partir de estudos interdisciplinares entre as literaturas, artes e humanidades. Os sofrimentos do jovem amor. O eu criativo do Romantismo e seu amor hiperbólico - a emergência da subjetividade no eu lírico no Romantismo e o conflito com o mundo objetivo das instituições tradicionais. A juventude que surge com os sofrimentos de amor: o Romantismo alemão, inglês e francês. O amor pela revolução no Romantismo e o ideal burguês de liberdade individual. Fundamentos filosóficos do Romantismo. Pós-neoclassicismo na Europa e a rebeldia intelectual dos artistas: Francisco Goya e Eugene Delacroix. Pintura do Romantismo brasileiro: principal expressão das artes plásticas na segunda metade do século 19. Influência neoclássica e a fusão com realismo, simbolismo e ecletismo. Amor real. O amor falso e as convenções sociais sob a ótica do Realismo. O amor maldito dos poetas do Simbolismo. O século XX e o individualismo moderno - problema sociológico. O conceito de anomia em Durkheim para análise das instituições coercitivas e seus efeitos sobre os indivíduos. Max Weber e a crítica do desencantamento do mundo. O amor no Modernismo. A revolução na arte - fotografia e cinema. O amor entre as guerras - o casamento entre totalitarismo e o resgate da estética clássica. O amor no pós-guerra e o advento da publicidade. A indústria cultural estadunidense e sua hegemonia na reprodutibilidade técnica (cinema, HQs, jazz, rock). O melodrama no amor (filme e literatura de gênero da indústria cultural). A contracultura e o amor livre (amor como experimentação no âmbito afetivo, sensorial, estético). Amores líquidos. A liquidez da modernidade e do amor no final do século XX - o peso das instituições morais cedeu ao livre mercado. Uma pintura brasileira sobre o amor: Victor Meirelles, Rodolfo Amoedo e Henrique Bernardelli. Imagens do amor na pós-modernidade - poliamor, homoafetividade, autoamor. Questões de tolerância e intolerância sobre a sexualidade. O amor hiperssexualizado da cultura massiva. Desconstruindo os contos de fadas. Possibilidades de amor e suas diferentes formas do sentir. Amor e cuidado, amor ético. O amor e o sentido da vida na sociedade pós-moderna.

Fonte: Documento Orientador da Implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual da Bahia (BAHIA, 2019).

Na tabela acima destacamos os dois itinerários formativos, que foram escolhidos pelo grupo de Linguagem e Ciências humanas aplicadas, escolheram para trabalhar com os alunos durante o ano letivo, se olhamos a matriz curricular das duas áreas do conhecimento linguagem e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicada, podemos ver uma intenção da interdisciplinaridade presente na organização da matriz curricular do Colégio. A ideia central é levar os alunos a compreender essa ligação entre as disciplinas e a vida social fora da escola, uma vez que tudo que fazemos na escola, remete a sua vida pessoal e

profissional. Entretanto, é ~~um~~ importante refletirmos se a formação dos professores está coerente com a esta proposta.

Assim, falar sobre a interdisciplinaridade já não é mais um discurso novo, mas a proposta de um ensino interdisciplinar ainda não faz parte da prática da maior parte dos professores, que tiveram sua formação a partir de um currículo compartimentado. Então os educadores envolvidos em um trabalho interdisciplinar precisam eliminar diversas barreiras, tanto entre as disciplinas quanto entre as pessoas que pretendem participar do trabalho, pois isto implica um trabalho coletivo, em um planejamento conjunto e integrado na escola.

Japiassu (1976) afirma que a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas de experiência entre os especialistas e das disciplinas. Neste sentido, o autor reafirma que:

Podemos dizer que nós reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicas, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Donde podemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada um seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSU, 1976, p.75).

Portanto, a interdisciplinaridade é uma mobilização importante para articulação entre o ensino e aprender com a potencialidade de auxiliar os educadores e as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de conteúdos, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem.

A escola, como lugar legítimo de aprendizagem, produção e reconstrução de conhecimento, cada vez mais precisará acompanhar as transformações da ciência contemporânea, adotar e ao mesmo tempo, apoiar as exigências interdisciplinares que participam da construção de novos conhecimentos. Portanto, a necessidade de acompanhar o ritmo das mudanças que se operam em todos os segmentos que compõem uma sociedade.

O Itinerário Formativo de Matemática e suas tecnologias e Ciências da natureza e suas tecnologias, está integrado ao “Homo solutio”, sendo composta por essas duas áreas possuindo os seguintes componentes: Cosmos – do macro ao micro, A Arte de Morar, A Cidade em Movimento, Biomatemática, Escolhas Inteligentes e Desafios e Oportunidades. Como aconteceu no grupo de humanas na escolha do seu itinerário o outro grupo também foi

o mesmo processo. Reuniu-se para debater e discutir qual seria o melhor itinerário para ser trabalhando o ano letivo de 2023 no Colégio Estadual Luis prisco Viana. Vale ressaltar que “a cidade em movimento” foi o mais optado para trabalhar com as séries pois nele encontra os conhecimentos da Física e da Matemática estão lado a lado para explicar causas e resolver problemas. Entendemos que o desequilíbrio ambiental e o aumento da densidade populacional nas cidades podem propiciar o surgimento de doenças.

Figura 12: Ementas dos componentes curriculares do itinerário formativo matemática e suas tecnologias e ciências da natureza e suas tecnologias – homo solutio.

COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	EMENTAS
<p>A ARTE DE MORAR 120 HORAS</p>	<p>Conceber as cidades como organismos vivos, com suas dinâmicas, modificações e necessidades. Introdução à arquitetura sustentável, bioconstrução e técnicas de reformas visando à sustentabilidade ambiental e economia financeira. Hortas comunitárias (urbanas ou rurais) e paisagismo urbano para a promoção do bem-estar e da saúde integral. Estudo das plantas (botânica) e dos solos para adequação à criação e requalificação de espaços. Compreensão das características regionais e locais e os impactos das intervenções sem planejamento. Investigação sobre a relação com a natureza e modos de vida dos povos originários, quilombolas e povos tradicionais da Bahia. Pesquisa sobre a arquitetura vernácula. Reflexão sobre espaços afetados por construções desordenadas. Discussão sobre a relação entre cidades, produção de resíduos sólidos e poluição e contaminação dos corpos d'água (lençóis freáticos, nascentes, lagos, lagoas, rios, manguezais e mares). Análise de políticas ambientais no planejamento de espaços públicos. Investigação sobre manejo florestal sustentável e seus benefícios. Participação na elaboração de projetos e plantas baixas para intervenções sociais necessárias. Confecção de relatórios (orçamentos, planilhas, cronogramas e inventários). Detalhamentos sobre a importância dos conhecimentos matemáticos para a construção civil, desde a produção de plantas baixas até a efetiva construção do imóvel.</p>
<p>A CIDADE EM MOVIMENTO 80 HORAS</p>	<p>Discussão sobre a importância da invenção da roda, ao longo da história da humanidade, e seus efeitos facilitadores: trabalho, rapidez no deslocamento e possibilidade de carregamento de cargas com mais facilidade e em grandes quantidades. Meios de transporte, suas finalidades e melhorias (terrestres - rodoviários e ferroviários, aquáticos e aéreos). Comparar os impactos econômicos e ambientais dos tipos de meios de transportes existentes para o escoamento de produtos e mercadorias, em um país ou em um mesmo estado. Aprofundamento nos estudos de Física: movimento circular, ação das forças, equilíbrio das forças, Newton e suas leis, plano inclinado, impulso e quantidade de movimento, trabalho e energia mecânica, utilizados na construção civil, nas fábricas e na logística para escoar materiais e produtos nas cidades. Cinética: como aproveitar esses conhecimentos para a geração de energia nas cidades, como em elevadores, esteiras e escadas rolantes. Estática e hidrostática: reconhecendo esses fenômenos físicos e seus potenciais usos no cotidiano das pessoas. Análise crítica da acessibilidade nas cidades para ações de intervenções políticas e sociais necessárias visando ao cumprimento do direito à inclusão das pessoas com deficiência (PcD), com direito a: rampas de acesso aos cadeirantes, pessoas com deficiências motoras, pessoas cegas e com baixa visão. Sistemas de referências coordenadas, bi e tridimensionais dos GPS e sua importância nas diversas áreas da sociedade contemporânea.</p>

COMPONENTES OBRIGATÓRIOS	EMENTAS
DESAFIOS E OPORTUNIDADES 120 HORAS	<p>Fibras têxteis e seus tipos. Impactos ambientais causados pela indústria têxtil: recursos hídricos para a produção de tecidos; durabilidade de tecidos naturais e artificiais x ambiente, os curtumes. Ações sustentáveis para sobras e retalhos de tecidos (renovar têxtil, retalhar, banco de tecido etc.). Tecidos feitos com garrafas plásticas (Outerknown e Timberland). Ecomoda e moda vegana. Colorimetria têxtil e na maquiagem: cartela de cores e suas combinações. Corantes naturais, corantes artificiais, o processo químico do tingimento (método, classes de corantes, fixadores mordentes, tingimento tie-dye, impactos ambientais). Economia circular e economia solidária. Upcycling e customização. Matemática para a modelagem de roupas (croqui, modelagem, corte, montagem, provas, costura, transformação de unidades de medida, escala logarítmica). Estudo dos processos produtivos envolvidos na produção de mercadorias, insumos e materiais diversos e seus impactos no ambiente: no solo, nas águas, no ar, na biodiversidade e nas comunidades humanas - tradicionais e urbanas. Busca de compreensão sobre várias tecnologias, como a nanotecnologia como ciência fundamentada na produção de tecnologias utilizadas no dia a dia das pessoas para a produção de produtos para uso nas tecnologias digitais, robótica, medicina, procedimentos estéticos e no vestuário inteligente (na moda, em artigos desportivos, para fins de proteção pessoal de policiais e forças armadas). Processos químicos ou bioquímicos envolvidos na formação de emulsões, saponificação, alvejantes, biodegradantes para a produção de cosméticos (sabões, shampoos, hidratantes, condicionadores, cremes dentais, perfumarias, cremes faciais antissinais e maquiagens), detergentes, sabões para lavagem de tecidos, alvejantes e demais artigos de higiene e de assepsia para fins domésticos e para pequenas produções, bem como conhecimento sobre biotecnologia e logística envolvidas na produção em larga escala. Estudo das etapas para o planejamento, implantação e manutenção de um empreendimento na área da cosmética e/ou produção de artigos de vestuário. A importância da matemática para implantação de um empreendimento, por meio da elaboração de um plano de negócio que contenha definições claras sobre compra da matéria prima, custos da produção, margem de lucro, planificação e fluxo de caixa, saber as reais necessidades do seu negócio, planejar ações comerciais e de marketing, conhecer os principais concorrentes, público-alvo, captação de recursos financeiros e humanos).</p>

Fonte: Documento Orientador da Implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual da Bahia (BAHIA, 2019).

É notório a interdisciplinaridade presente também nos itinerários da área de exatas que presa em trabalhar em conjunto com todas as áreas de conhecimento, além de frisar também na área profissional e acadêmica dos alunos.

De acordo com Luck (2001), o estabelecimento de um trabalho de sentido interdisciplinar provoca, como toda ação a que não se está habituado, sobrecarga de trabalho, certo medo de errar, de perder privilégios e direitos estabelecidos. Desta forma, as orientações enfocam a interdisciplinaridade na prática pedagógica e isso implica romper hábitos e acomodações, implica buscar algo novo e desconhecido. É certamente um grande desafio.

De maneira nenhuma impede as limitações da prática interdisciplinar na qual está sendo compreendido por uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. Para as ações da interdisciplinaridade, faz-se necessário o desmantelamento das fronteiras artificiais do conhecimento.

De fato, a aprendizagem que mais exige dos estudantes e educadores, neste tempo de complexidade e inteligência interdisciplinar, seja a de integrar o que foi dicotomizado, religar o que foi desconectado, problematizar o que foi dogmatizado e questionar o que foi imposto como verdade absoluta. Essas são possivelmente as maiores tarefas da escola nesse movimento. Assim, o Colégio Luis Prisco Viana, em todo o cenário, busca o melhor para seus alunos, desde o antigo Ensino Médio até o Novo Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das grandes transformações do mundo contemporâneo, bem como os grandes desafios da educação, em especial no Ensino Médio, é necessário que a pesquisa seja um ato essencialmente viável e corriqueiro. Acredito que através da pesquisa podemos encontrar respostas ou soluções para problemas que estão instalados nos meios educacionais, e se não refletirmos sobre eles, poderão continuar danificando e fragmentando a formação de um sujeito crítico.

Para tanto, os dados e as análises produzidas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa permitiram uma compreensão sobre o Novo Ensino Médio e o Antigo Ensino Médio. Notamos uma certa resistência da parte dos professores, que apontam um retrocesso na educação, acaba reduzindo algumas disciplinas e complementando a carga horária com os itinerários formativos.

Com aprovação da Lei nº 13.415/2017, na qual o ensino médio passa a iniciar as mudanças no seu currículo de 800 horas para 1000 horas, no ano de 2019, o Colégio Luis Prisco Viana, foi escolhido como escola piloto, dando início no ano seguinte, mas foi pego pela pandemia do COVID-19, onde as aulas passaram a ser remota.

Percebe-se que o novo ensino médio foi apresentado para as escolas sem ter um diálogo para saber qual seria a opinião dos docentes. Assim, percebe uma certa resistência na parte dos professores sobre essa modalidade, porque não teve ao menos uma formação ou uma assembleia para discutir. O Novo Ensino Médio chegou com novos componentes curriculares e foi colocando para os professores trabalhar, disciplinas essas que eles não estão habilitados para trabalhar na área.

Hoje, a categoria docente juntamente com os estudantes se mobiliza, para pedir a revogação do novo ensino médio. Os resultados desta investigação apontaram que os documentos que orientam a implantação do Novo Ensino Médio no Brasil e na Bahia explicitam uma visão de educação baseada nos princípios do Neoliberalismo que pretende formar um sujeito em aderência somente com as demandas do mundo trabalho. As matrizes curriculares do Novo Ensino Médio do Colégio Luís Prisco Viana analisadas indicam um desejo de trabalhar na perspectiva de construção interdisciplinar do conhecimento, principalmente na montagem dos itinerários formativos, entretanto, as ementas não sinalizam um diálogo mais consistente com o contexto social e cultural dos estudantes do Ensino

Médio. Tal fato pode comprometer os resultados dessa política a qual está sendo amplamente questionada em todo o país. É preciso, pois, novas pesquisas para avaliar melhor os resultados da implantação dessa política pública.

As manifestações que a categoria docente e discente, vem manifestando pedido a revogação do Novo Ensino Médio, ficou conhecido como o dia D, o dia que todos foram a rua pedir a revogação do Novo Ensino Médio, e o governo aderiu ao pedido das categorias suscitando por 60 dias, para que apresentassem qual a vantagem deste modo de ensino.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL. - **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**, Lei nº 4024/61. Brasília, 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em janeiro de 2023.
- BRASIL. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: janeiro de 2023.
- BRASIL. -**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. - **LEI N.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**- Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original).
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- DENZI, Norman. K; LINCOLN, Yvonna. S.; e Colaboradores. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DOMINGUES, J. B. **Planejamento governamental e democracia no Brasil**. Uberlândia, EDFU, 2007.
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 8º ed. São Paulo: Ática, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<https://docs.google.com/a/fcarp.edu.br/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZmNhcnuZWR1LmJyfG51cGVkaXxneDpmMzFhOWM0YzA3YTg2OWE>>Acesso em: janeiro de 2023.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf > Acesso em: janeiro de 2023.

GALVÃO, A. M. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Lei Municipal nº. 0107/15. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providencias. Lagoa Real, BA, 2015.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia da interdisciplinaridade Fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2001

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. **In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.)**. Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARTINS, G.A; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências Sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Guiomar Namó de. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas**. Setembro de 2014. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/08/guiomar_pesquisa.pdf> Acesso em: janeiro de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 ago. 2019.

Ministério da Educação. **Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 – Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2018].

. Ministério da Educação. **Portaria nº 649/2018 – Programa de Apoio Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2018].

Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2018]. Disponível em: <https://novo-ensino-medio.saseducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/Referenciais-Curriculares-para-elaboracao-dos-Itinerarios-Formativos.pdf>>. acesso em: jan. 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (**Org.**). Currículo, cultura e sociedade. Tradução de Maria Aparecida Baptista- 6. ed. - São Paulo, Cortez, 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5097717/mod_resource/content/1/aula%203-Moreira%2C%20Silva.pdf>. Acesso em: janeiro de 2023.


SACRISTÁN, José Gimeno. A função aberta da obra e seu conteúdo. **In: SACRISTÁN, J. G. (Org.)**. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 2006.

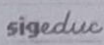
ANEXO A

Sistema Integrado de Gestão da Educação
https://sigeduc.educacao.ba.gov.br/sigeduc/ensino/relatorios/form



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO

EMITIDO EM 10/01/2023 09:48



Tudo de Bahá
Portal da Gestão Escolar

MAPA DE CLASSES

Ano: 2022
NTE: NTE 13 - SERTÃO PRODUTIVO
Município: LAGOA REAL
Escola: COLEGIO ESTADUAL LUIS PRISCO VIANA
Endereço: AVENIDA PARQUE DO VAQUEIRO, SN(00001) -
Telefone: (77) 34771087
Código INEP: 29248132
Código SEC: 1140606

Salas	MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO	
	Classes/Turmas	Nº Alunos	Classes/Turmas	Nº Alunos	Classes/Turmas	Nº Alunos
SALA 1	1ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMMAT1A	27	1ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMVES1A	34	-	-
SALA 2	2ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMMAT2A	22	2ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMVES2A	35	1ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMNOT1A	21
SALA 3	3ª Série - ENSINO MÉDIO - EMMAT3A	22	3ª Série - ENSINO MÉDIO - EMVES3A	24	2ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMNOT2A	26
SALA 4	3ª Série - ENSINO MÉDIO - EMMAT3B	26	3ª Série - ENSINO MÉDIO - EMVES3B	22	3ª Série - ENSINO MÉDIO - EMNOT3A	32
SALA 5	1ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMMAT1B	17	1ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMVES1B	38	ETAPA VI (1ª E 2ª SÉRIE) - EJA - TEMPO FORMATIVO II: TERCEIRO SEGMENTO - TFS3NOTF2E6B	12
SALA 6	1ª Série - NOVO ENSINO MÉDIO - NEMMAT1SC	26	-	-	ETAPA VI (1ª E 2ª SÉRIE) - EJA - TEMPO FORMATIVO II: TERCEIRO SEGMENTO - TFS3NOTF2E6A	15
SALA 7	-	-	-	-	EIXO VII - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - TEMPO FORMATIVO III - EJAF3NOTTVIIA	13
SALA 8	-	-	-	-	EIXO VII - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - TEMPO FORMATIVO III - EJAF3NOTTVIIB	5
TOTAL	6	140	5	153	7	124
SALAS EM USO	8		0		0	
SALAS OCIOSAS	0		0		0	
TOTAL DE SALAS	8		0		0	

**Legenda: (Multisseriada) - Salas Multisseriadas.
CH: Carga Horária do Turno.**

Tipo de Atendimento	Nº de Turmas	Nº de Alunos
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE	0	0
TOTAL GERAL	0	0

OBSERVAÇÃO:

Em ___/___/___

Pela Homologação

Homologo

De Acordo

Diretor(a) de Escola

Gerência Técnica

Diretor(a) do D.E.E

Secretário(a) da Educação

Etapas de Ensino	Modalidade	Oferta de Ensino	Série	Nº de Turmas	Nº de Alunos
ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - TEMPO FORMATIVO III	EIXO VII	2	18
ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	EJA - TEMPO FORMATIVO II: TERCEIRO SEGMENTO	ETAPA VI (1ª E 2ª SÉRIE)	2	27
ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO REGULAR	ENSINO MÉDIO	3ª Série	5	126
ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO REGULAR	NOVO ENSINO MÉDIO	1ª Série	6	163
ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO REGULAR	NOVO ENSINO MÉDIO	2ª Série	3	83
TOTAL GERAL			5	18	417

SIGEduc | SERVICE DESK - 0800 095 1414 OPÇÃO 1 - sigeducba-app01 - SEC/BA

1 of 1
10/01/2023 09:50